

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	50
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	51
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	52
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	53
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	397.507
Preferenciais	0
Total	397.507
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	966.137	954.908
1.01	Ativo Circulante	132.407	138.455
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.980	1.586
1.01.02	Aplicações Financeiras	9.025	7.928
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	9.025	7.928
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	9.025	7.928
1.01.03	Contas a Receber	99.680	107.333
1.01.03.01	Clientes	99.680	107.333
1.01.03.01.01	Contas a Receber e Fornec. a Faturar	119.957	128.013
1.01.03.01.02	Provisão Para Perdas (Lei 9.430/96)	-16.815	-16.859
1.01.03.01.03	Provisão para Devedores Duvidosos	-3.462	-3.821
1.01.04	Estoques	10.928	11.371
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.645	2.001
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.645	2.001
1.01.07	Despesas Antecipadas	8.085	8.176
1.01.07.01	Antecipações Salariais	7.204	7.573
1.01.07.02	Despesas Antecipadas	881	603
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	64	60
1.01.08.03	Outros	64	60
1.01.08.03.01	Outras Contas a Receber	64	60
1.02	Ativo Não Circulante	833.730	816.453
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	24.336	30.225
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	4.003	7.323
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	4.003	7.323
1.02.01.03	Contas a Receber	9.627	11.779
1.02.01.03.01	Clientes	9.627	11.779
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.139	1.621
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.139	1.621
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	9.567	9.502
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	4.668	4.656
1.02.01.09.04	Impostos e contribuições a Compensar	4.359	4.285
1.02.01.09.06	Despesas Antecipadas	540	561
1.02.02	Investimentos	230	230
1.02.02.01	Participações Societárias	230	230
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	230	230
1.02.03	Imobilizado	784.964	762.711
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	532.859	533.562
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	50.792	51.846
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	201.313	177.303
1.02.04	Intangível	24.200	23.287
1.02.04.01	Intangíveis	24.200	23.287

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	966.137	954.908
2.01	Passivo Circulante	156.507	155.354
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	31.159	30.740
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.015	6.783
2.01.01.01.01	INSS	4.969	5.207
2.01.01.01.02	FGTS	1.046	1.576
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	25.144	23.957
2.01.01.02.01	Salários e Ordenados	140	189
2.01.01.02.02	Férias	20.886	23.768
2.01.01.02.03	Décimo Terceiro Salário	4.118	0
2.01.02	Fornecedores	25.330	31.727
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	25.330	31.727
2.01.03	Obrigações Fiscais	15.607	17.103
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	14.878	16.211
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	6.061	4.756
2.01.03.01.02	Imposto de Renda Retido na Fonte	2.344	3.864
2.01.03.01.03	Cofins	4.917	5.810
2.01.03.01.04	Pasep	1.067	1.261
2.01.03.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Parcelados	220	334
2.01.03.01.06	Cofins S/ Terceiros	173	120
2.01.03.01.07	Pis S/ Terceiros	38	26
2.01.03.01.08	Contribuição Social S/ Terceiros	58	40
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	729	892
2.01.03.03.02	FUNDAP	514	468
2.01.03.03.03	ISS S/ Terceiros	215	424
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	46.785	41.385
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	45.282	39.922
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	45.282	39.922
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.503	1.463
2.01.05	Outras Obrigações	19.777	14.451
2.01.05.02	Outros	19.777	14.451
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	7.214	4.528
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	172
2.01.05.02.04	Títulos a Pagar - Irmandade	2.852	946
2.01.05.02.05	Adiantamento de Receita	835	907
2.01.05.02.06	Consignados a Recolher	1.825	1.496
2.01.05.02.07	Cauções e Valores em Garantia	680	546
2.01.05.02.08	Retenções Processos Trabalhistas	457	457
2.01.05.02.09	Fundo de Arrecadação Auxílio Deficiente	339	322
2.01.05.02.10	Subvenções Governamentais	4.777	4.765
2.01.05.02.11	Outras Contas a Pagar	798	312
2.01.06	Provisões	17.849	19.948
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	17.849	19.948
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	17.849	19.948
2.02	Passivo Não Circulante	381.148	387.038

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	188.837	203.556
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	134.310	148.638
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	134.310	148.638
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	54.527	54.918
2.02.02	Outras Obrigações	318	6.148
2.02.02.02	Outros	318	6.148
2.02.02.02.03	Títulos a Pagar	0	5.831
2.02.02.02.06	Depósitos Judicial - Autuação INSS	318	317
2.02.04	Provisões	18.740	17.234
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	18.740	17.234
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.563	3.093
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	14.069	13.033
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.108	1.108
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	173.253	160.100
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar	173.253	160.100
2.02.06.03.01	Subvenções Governamentais	173.253	160.100
2.03	Patrimônio Líquido	428.482	412.516
2.03.01	Capital Social Realizado	397.507	397.507
2.03.02	Reservas de Capital	4.458	4.458
2.03.02.07	Correção Monetária Especial	1.680	1.680
2.03.02.08	Doações e Subvenções	2.778	2.778
2.03.04	Reservas de Lucros	10.551	10.551
2.03.04.01	Reserva Legal	515	515
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	9.791	9.791
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	4.945	4.945
2.03.04.10	Juros Sobre o Capital Próprio a pagar	-4.700	-4.700
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	15.966	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2014 à 31/03/2014	Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	146.081	122.667
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-85.880	-76.951
3.03	Resultado Bruto	60.201	45.716
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-35.489	-38.365
3.04.01	Despesas com Vendas	-11.784	-11.662
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-33.433	-30.006
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	9.784	3.348
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-56	-45
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	24.712	7.351
3.06	Resultado Financeiro	-4.423	-6.472
3.06.01	Receitas Financeiras	5.199	2.185
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.622	-8.657
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	20.289	879
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.923	-134
3.08.01	Corrente	-1.441	-55
3.08.02	Diferido	-482	-79
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	18.366	745
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	18.366	745
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,0462	0,0021
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,0462	0,0021

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	18.366	745
4.03	Resultado Abrangente do Período	18.366	745

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	33.044	22.322
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	42.170	21.373
6.01.01.01	Lucro líquido antes do IR e CSLL	20.289	879
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	10.862	10.444
6.01.01.03	Custos das baixas do ativo permanente	55	45
6.01.01.04	Provisão perdas realização de créditos	1.893	1.430
6.01.01.05	Provisão créditos liquidação duvidosas	-359	639
6.01.01.06	IR e CSLL diferidos, líquidos	482	79
6.01.01.08	Juros sobre financiamentos	7.389	6.480
6.01.01.09	Encargos financeiros antecipados	285	285
6.01.01.10	Juros s/tributos parcelados - Longo Prazo	0	12
6.01.01.11	Variações monetárias s/financiamentos	690	558
6.01.01.12	Provisões para contingências	470	522
6.01.01.13	Variações monetárias s/Juros sobre capital próprio	114	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.126	949
6.01.02.01	Contas receber e fornecimentos a faturar	8.267	3.525
6.01.02.02	Estoques	443	-767
6.01.02.03	Contas a pagar fornecedores	-10.322	2.733
6.01.02.04	Contas a pagar empregados	679	5.506
6.01.02.05	Receitas (Despesas) antecipadas	-329	-69
6.01.02.06	Juros pagos	-7.047	-6.523
6.01.02.07	Pagto./Restituição de IRPJ ou CSLL	-4.137	-3.347
6.01.02.08	Depósitos Vinculados	3.320	-109
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-34.083	-19.906
6.02.01	Compra de ativo imobilizado	-34.083	-19.906
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.530	3.629
6.03.01	Financiamentos obtidos	2.997	1.369
6.03.04	Amortização e financiamentos	-12.591	-5.960
6.03.05	Pagamento arrendamentos financeiros	-1.041	-870
6.03.07	Subvenções governamentais	13.165	9.090
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.491	6.045
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9.514	5.953
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	11.005	11.998

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	397.507	4.458	10.551	0	0	412.516
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	397.507	4.458	10.551	0	0	412.516
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.366	0	18.366
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.366	0	18.366
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-2.400	0	-2.400
5.06.07	Juros de Capital Próprio/Dividendos Adicional a pagar	0	0	0	-2.400	0	-2.400
5.07	SalDOS Finais	397.507	4.458	10.551	15.966	0	428.482

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	355.983	4.507	41.477	-3.056	0	398.911
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	355.983	4.507	41.477	-3.056	0	398.911
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	745	0	745
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	745	0	745
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-49	47	0	0	-2
5.06.04	Reserva para investimentos	0	-49	49	0	0	0
5.06.06	Dividendos pagos	0	0	-2	0	0	-2
5.07	Saldos Finais	355.983	4.458	41.524	-2.311	0	399.654

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2014 à 31/03/2014	Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	163.138	131.136
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	140.300	122.668
7.01.02	Outras Receitas	21.857	8.652
7.01.02.01	Prestação de Serviços	10.605	3.540
7.01.02.02	Redes de Água e Esgoto	1.524	1.810
7.01.02.03	Outras Receitas (Despesas) Operacionais	9.728	3.302
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	2.517	1.885
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.536	-2.069
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-43.422	-35.192
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-26.708	-21.821
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.011	-9.505
7.02.04	Outros	-6.703	-3.866
7.02.04.01	Materiais Químicos	-6.703	-3.866
7.03	Valor Adicionado Bruto	119.716	95.944
7.04	Retenções	-10.862	-10.443
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-10.862	-10.443
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	108.854	85.501
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.199	2.185
7.06.02	Receitas Financeiras	5.199	2.185
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	114.053	87.686
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	114.053	87.686
7.08.01	Pessoal	61.586	56.840
7.08.01.01	Remuneração Direta	43.888	41.150
7.08.01.02	Benefícios	14.470	12.585
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.228	3.105
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	20.548	18.000
7.08.02.01	Federais	19.072	16.234
7.08.02.02	Estaduais	659	1.060
7.08.02.03	Municipais	817	706
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	13.553	12.101
7.08.03.01	Juros	7.127	1.636
7.08.03.02	Aluguéis	3.931	3.444
7.08.03.03	Outras	2.495	7.021
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	18.366	745
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	2.400	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	15.966	745

Comentário do Desempenho

(Em milhares de reais)

A Companhia apurou no 1º trimestre de 2014, com um lucro líquido de R\$ 18.366, contra R\$ 745, obtidos no 1º trimestre de 2013. Os comentários a seguir esclarecem o resultado em relação ao mesmo período do ano anterior:

- 1) A receita líquida de vendas e serviços registrou um crescimento na ordem de 19,1% ou R\$ 23.414 em valores absolutos, em razão dos seguintes acontecimentos:

Descrição	1º trimestre de 2014	1º trimestre de 2013	Variação nominal	Variação percentual
Receita Bruta Fiscal				
Abastecimento de água e saneamento	154.404	135.028	19.376	14,35
Prestação de serviços	10.605	3.540	7.065	199,58
Redes de água e esgoto	1.524	1.811	-287	-15,85
	166.533	140.379	26.154	18,63
Descontos, Retificações e Devoluções	-14.105	-12.361	-1.744	14,11
Contribuições Sobre Vendas e Serviços	-6.347	-5.351	-996	18,61
Total Receita Líquida de Vendas e Serviços	146.081	122.667	23.414	19,09

- 1.1) **“Abastecimento de Água e Saneamento”**: +R\$ 19.376, determinado pelos seguintes fatores: a) reajuste tarifário de 6,63%, aplicado a partir de 7 de janeiro de 2014; b) revisão da estrutura tarifária dos serviços de esgotamento sanitário, resultando no aumento médio da tarifa, de 11,5%, a partir de 5 de fevereiro de 2014 e c) aumento do consumo na ordem de 2,9% (vide tabela abaixo).

- 1.2) **“Prestação de serviços”**: +R\$ 7.065, em virtude do crescimento do faturamento dos serviços com obras externas, no montante de R\$ 3.430, aliado aos repasses de sistemas de água e esgoto de empreendedores para SANASA, no total de R\$ 1.657.

Volume Faturado de Água e Esgoto (milhares de m³)

Categoria de Uso	Janeiro a março						Variação %		
	2014			2013					
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Residencial (1)	19.764	16.375	36.139	19.189	15.837	35.026	3,00	3,40	3,18
Pública	557	536	1.093	528	518	1.046	5,49	3,47	4,49
Comercial	2.383	2.148	4.531	2.344	2.124	4.468	1,66	1,13	1,41
Industrial	178	227	405	194	248	442	-8,25	-8,47	-8,37
TOTAL	22.882	19.286	42.168	22.255	18.727	40.982	2,82	2,98	2,89

Valor Faturado de Água e Esgoto (milhares de R\$)

Categoria de Uso	Janeiro a março						Variação %		
	2014			2013					
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Residencial (1)	49.388	45.722	95.110	43.952	38.358	82.310	12,37	19,20	8,64
Pública	7.806	8.251	16.057	6.842	7.013	13.855	14,09	17,65	5,73
Comercial	18.249	19.953	38.202	17.785	16.707	34.492	2,61	19,43	7,13
Industrial	2.019	1.965	3.984	2.013	1.860	3.873	0,30	5,65	-5,14
TOTAL	77.462	75.891	153.353	70.592	63.938	134.530	9,73	18,69	13,99

Nota:

- 1) A categoria **Residencial** representa os consumos das sub-categorias Residencial-Padrão, Residencial com Ligação Coletiva e Residencial – Pequeno Comércio.

Comentário do Desempenho

2) Os custos das vendas e serviços apontaram um aumento de 11,6% ou R\$ 8.928 (vide quadro abaixo) em virtude dos seguintes fatores:

Composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

Descrição	1º Trimestre de 2014 Sistema Operativo			1º Trimestre de 2013 Sistema Operativo			Variação dos sistemas	Variação percentual dos sistemas
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total	2014 – 2013	2014 - 2013
Salários e encargos	23.242	18.271	41.513	23.498	16.612	40.110	1.403	3,5
Materiais de tratamento	5.373	1.329	6.702	2.493	1.412	3.905	2.797	71,63
Materiais gerais	2.876	2.099	4.975	2.781	1.835	4.616	359	7,78
Serviços terceirizados	8.588	6.074	14.662	6.702	4.699	11.401	3.261	28,6
Depreciações	1.797	8.443	10.240	2.022	7.734	9.756	484	4,96
Aluguéis de veículos e máquinas	316	299	615	266	221	487	128	26,28
Energia elétrica	4.655	1.841	6.496	3.733	1.558	5.291	1.205	22,77
Outras utilidades	85	71	156	102	79	181	-25	-13,81
Impostos, taxas e contribuições	98	95	193	95	432	527	-334	-63,38
Outros custos	1.164	1.680	2.844	1.433	1.124	2.557	287	11,22
Despesas ativadas	-1.318	-1.199	-2.517	-1.127	-753	-1.880	-637	33,88
	46.876	39.003	85.879	41.998	34.953	76.951	8.928	11,6

2.1) “**Serviços Terceirizados**”: +R\$ 3.261, motivado pelos seguintes acontecimentos: **a)** +R\$ 1.314, pela maior demanda dos serviços de recomposição de vias e passeios; **b)** +R\$ 544, pelo desenvolvimento e implantação, do sistema de informações geográficas para gestão da água subterrânea e estabelecimento, de áreas de controle e restrição de seu uso nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá; e **c)** +R\$ 323, pela construção de muro de contenção na margem do córrego da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Samambaia;

2.2) “**Materiais de Tratamento**”: +R\$ 2.797, pelo aumento do consumo de produtos químicos utilizados no tratamento da água, devido à piora da qualidade dos mananciais, reflexo da menor incidência das chuvas;

2.3) “**Salários e encargos**”: +R\$ 1.403, pelo acordo coletivo da categoria, data base 1º de maio de 2013, que resultou no reajuste salarial de 7%;

2.4) “**Energia elétrica**”: +R\$ 1.205, pelo reajusto médio da tarifa de 16,05%, através da Resolução da ANEEL nº 1.504 de 05 de abril de 30 de abril de 2013, soma-se a isso, o aumento do consumo de energia pela Capitação doa Atibaia;

2.5) “**Depreciação**”: +R\$ 484, se deve à adições de novos imobilizados, com destaque para máquinas operatrizes e entrada em operação de novos sistemas operativos de esgoto;

Em contraposição a rubrica “Despesas ativadas”, teve uma queda de R\$ 637, pela maior incidência de custos apropriados ao imobilizado através das obras dos sistemas de água e esgoto executadas com os próprios recursos operacionais da Companhia, entre as quais se destaca a rede coletora de esgoto do Núcleo Residencial Shaloon I;

Comentário do Desempenho

3) As despesas operacionais assinalaram um crescimento de 8,5% ou R\$ 3.549, em relação ao 1º trimestre de 2013. Seguem abaixo as movimentações que justificaram esse resultado:

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

Descrição	1º Trimestre de 2014			1º Trimestre de 2013			Variação das despesas	Variação percentual das despesas
	Despesas operacionais		Total	Despesas operacionais		Total		
	Comercial	Administrativo		Comercial	Administrativo			
Salários e encargos	8.348	22.568	30.916	8.325	19.134	27.459	3.457	12,59
Remuneração dos administradores	93	360	453	87	381	468	-15	-3,21
Materiais gerais	287	296	583	279	439	718	-135	-18,8
Serviços terceirizados	966	4.172	5.138	484	3.770	4.254	884	20,78
Depreciações	32	590	622	32	655	687	-65	-9,46
Provisão para devedores duvidosos	-358	-	(358)	639	-	639	-997	-
Perdas no recebimento de créditos	1.894	-	1.894	1.430	-	1.430	464	32,45
Multas e encargos sociais / fiscais	-	26	26	-	164	164	-138	-84,15
Aluguéis de veículos	122	186	308	99	63	162	146	90,12
Impostos, taxas e contribuições	22	767	789	20	767	787	2	0,25
Despesas bancárias	-	741	741	-	671	671	70	10,43
Outras contingências	-	616	616	-	459	459	157	34,2
Processos julgados	-	1.191	1.191	-	1.745	1.745	-554	-31,75
Aluguéis equitos informática	-	553	553	-	472	472	81	17,16
Confraternizações e eventos	-	84	84	-	140	140	-56	-40
Telefone	213	67	280	121	34	155	125	80,65
Despesas gerais	165	1.216	1.381	146	1.112	1.258	123	9,78
	11.784	33.433	45.217	11.662	30.006	41.668	3.549	8,52

3.1) “Salários e Encargos”: +R\$ 3.457, pelo acordo coletivo da categoria, data base 1º de maio de 2013, que resultou no reajuste salarial de 7%, aliado à atualização dos benefícios pós-emprego de assistência médica;

3.2) “Serviços Terceirizados”: +R\$ 884, determinado pelos seguintes crescimentos: **a)** +R\$ 483, com corte e religação de água, pois no 1º trimestre de 2013 estes serviços foram efetuados com mão de obra própria e **b)** R\$ 417, pelo crescimento dos serviços de manutenção de edifícios e instalações;

3.3) “Perdas no recebimento de créditos”: +R\$ 464, reflexo da transferência da conta “Provisão para devedores duvidosos”, referente à carteira de água e esgoto;

Em contraposição foram apontadas as seguintes movimentações com efeitos de aumento no resultado:

3.4) “Provisão para devedores duvidosos”: -R\$ 997, motivada pelas transferências para conta de “Perdas no recebimento de créditos” da carteira de água e esgoto, no montante de R\$ 554, aliada à queda da inadimplência, no total de R\$ 443;

3.5) “Processos julgados”: -R\$ 554, resultado do maior número de processos finalizados e regularizados no 1º trimestre de 2013;

Comentário do Desempenho

4) O grupo de “outras receitas (despesas) operacionais”, registrou um aumento de 194,5% ou R\$ 6.425 (*vide quadro abaixo*), motivado pelos seguintes, acontecimentos:

Descrição	31/3/2014	31/3/2013	Variação nominal	Variação percentual
Outras receitas				
Reversão Benefícios Pós- emprego	4.939	-	4.939	-
Recuperação de perdas de credores duvidosos	1.441	771	670	86,90
Subvenções Governamentais	1.739	1.279	460	35,97
Termos de autorização de uso	252	238	14	5,88
Sem par conta corrente	529	560	(31)	(5,54)
Multas contratuais	322	101	221	218,81
Outros	562	399	163	40,85
Totais outras receitas	9.784	3.348	6.436	
Outras despesas				
Resultado na baixa de imobilizado	(56)	(45)	(11)	24,44
Totais das outras despesas	(56)	(45)	(11)	24,00
TOTAL OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	9.728	3.303	6.425	194,52

4.1) **“Reversão Benefícios Pós-emprego”**: +R\$ 4.939, pela desistência de 65 (sessenta e cinco) funcionários ao Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI);

4.2) **“Recuperação de devedores duvidosos”**: +R\$ 670, em razão do acordo de quitação dos débitos de contas de água e esgoto da Irmandade de Misericórdia de Campinas;

4.3) **“Subvenções governamentais”**: +R\$ 460, pela conclusão do sistema de informações geográficas para gestão da água subterrânea nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá;

Comentário do Desempenho

- 5) O déficit do resultado financeiro apresentou uma queda 31,7% ou R\$ 2.049 em valores nominais, seguem abaixo os fatores mais relevantes que justificam este resultado:

Descrição	31/3/2014	31/3/2013	Variação nominal	Variação percentual
Receitas financeiras				
Juros ativos	115	101	14	13,86
Juros de mora sobre arrecadações	3.633	877	2.756	314,25
Variações monetárias de arrecadações	739	920	-181	-19,67
Rendimentos de aplicações financeiras	384	252	132	52,38
Descontos obtidos	0	0	0	0,00
Ajuste a valor presente	287	628	-341	-54,30
Outras	41	35	6	17,14
Totais das receitas financeiras	5.199	2.813	2.386	84,82
Despesas financeiras				
Juros passivos	-7.094	-6.129	-965	15,74
Variações monetárias passivas	-420	-1.275	855	-67,06
Juros – encargos sociais e fiscais	-27	-360	333	-92,50
Descontos concedidos	-1.505	-979	-526	53,73
Despesas de financiamento	-571	-542	-29	5,35
Encargos financeiros sobre fornecedores e outros	-5		-5	
Totais das despesas financeiras	-9.622	-9.285	-337	3,63
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	-4.423	-6.472	2.049	-31,66

5.1) “Juros de mora sobre arrecadações” (receitas financeiras): +R\$ 2.756, motivado integralmente pelo acordo de quitação dos débitos de contas de água do Hospital Irmandade de Misericórdia de Campinas;

5.2) “Variações monetárias passivas” (despesas financeiras): -R\$ 855, em decorrência do acordo firmado entre a SANASA e a Irmandade de Misericórdia de Campinas de antecipação de quitação do Instrumento Particular de Promessa Condicional de Venda e Compra relativo ao terreno onde se localiza a Sede da SANASA;

Em contrapartida, foram verificadas as seguintes movimentações com efeito de queda no resultado:

5.3) “Juros passivos” (despesa financeira): +R\$ 965, pelo aumento dos juros dos empréstimos atrelados ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário) que apresentou variação superior no primeiro trimestre de 2014 em relação ao mesmo período do ano anterior;

5.4) “Desconto concedido”: +R\$ 526, determinada pelo acordo de quitação de dívida de contas de água e esgoto da Irmandade de Misericórdia de Campinas;

Comentário do Desempenho

Os números abaixo evidenciam a situação econômico-financeira da Sociedade no 1º trimestre de 2014:

Indicadores econômicos financeiros ^(*)			Variação
	31/03/2014	31/12/2013	
Capital de terceiros sobre o patrimônio líquido.....	125,48	131,48	-4,6%
Liquidez geral	0,29	0,31	-6,5%
Liquidez corrente	0,85	0,89	-4,5%
Liquidez seca	0,77	0,81	-4,9%
Liquidez imediata	0,07	0,06	16,7%
Participação de instituições de crédito no endividamento total.....	25,24	25,95	-2,7%

Indicadores econômicos financeiros ^(*)			Variação
	31/03/2014	31/03/2013	
Rentabilidade das vendas.....	12,6%	0,6%	2.000%
Custos e Despesas Operacionais / Receitas Líquidas	83,1%	94,0%	-11,6%
Margem EBITDA / LAJIDA ^(**)	24,4%	14,5%	68,3%

(*) Os indicadores econômicos financeiros não foram revisados pelos auditores independentes

(**) LAJIDA : Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações.

Estes indicadores possibilitam a análise dos resultados econômico-financeiros alcançados pela Administração da Companhia, a seguir comentados:

- O recuo de 4,6% no indicador “Capital de terceiros sobre o patrimônio líquido” deve-se ao aumento do patrimônio líquido em 3,9%, motivado pelo lucro acumulado de R\$ 18.366. Enquanto que o capital de terceiros, teve um recuo de 0,9%.
- Os índices de liquidez geral, corrente e seca apontaram queda em virtude do decréscimo observado dos ativos não circulante e circulante de 19,5% e 4,4%, respectivamente, frente ao crescimento do passivo circulante de 0,7% e da queda do passivo não circulante de 1,5%. Já a liquidez imediata registrou um crescimento determinado pelo crescimento das aplicações e dos depósitos bancários, em relação a dezembro de 2013, em 15,7%.
- O indicador “Participação de instituições de crédito no endividamento total” teve uma queda de 2,7%, em razão do recuo de 3,8% do endividamento com instituições financeiras no 1º trimestre de 2014, motivado pelas amortizações de financiamentos com destaque para os encerramentos financiamentos junto aos bancos Itaú e Unibanco. Já os outros compromissos apresentaram um aumento de 1,6%.
- O índice de rentabilidade das vendas registrou uma expansão de 20.900% em face do lucro do período ter sido 2.365,2% superior ao do ano passado, apesar dos aumentos de custos e despesas anteriormente mencionados.
- O indicador “Custos e Despesas Operacionais / Receitas Líquidas”, por sua vez, decresceu 11,6%, resultado do bom desempenho da receita líquida em comparação ao crescimento dos custos e despesas operacionais.
- A margem EBITDA obteve um crescimento de 68,3%, resultante da evolução de 19,1% da Receita de Vendas de Bens e/ou Serviços, frente ao comportamento dos custos e despesas operacionais, que subiram 5,3%.

Notas Explicativas

SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S/A - SANASA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

DO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. (SANASA ou Companhia) é uma sociedade de economia mista, de capital aberto e sem ações negociáveis, desde 29 de abril de 1997, conforme registro obtido perante a CVM, sob o código nº 1624-1. Constituída de acordo com a Lei Municipal nº 4.356, de 28 de dezembro de 1973 que foi regulamentada pelo Decreto nº 4.437, de 14 de março de 1974, com participação majoritária da Prefeitura Municipal de Campinas (PMC) e tem como finalidades principais planejar, executar e operar serviços públicos de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários no Município de Campinas.

Em consonância com a Lei Municipal nº 11.941, de 07 de abril de 2004, foram introduzidas alterações nos objetivos da SANASA, ampliando suas finalidades para: a) fiscalização de instalações prediais de água e esgotos dos imóveis situados no Município de Campinas; b) promoção de educação em saneamento, meio ambiente e áreas correlatas, difundindo os conhecimentos inerentes às suas atividades fins em ações integradas com o Município, com o Estado e com a União.

Através da Lei Municipal nº 13.007, de 18 de julho de 2007, os objetivos da SANASA tiveram novas alterações, ficando autorizada a prestar serviços em qualquer Município localizado no território brasileiro, bem como no exterior, além de poder participar de Companhias públicas ou de sociedades de economia mista, nacionais e internacionais, constituir subsidiárias e coligar-se ou participar de qualquer empresa privada ligada, direta ou indiretamente, ao saneamento básico.

02 – BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 - Declaração de conformidade

As Informações Trimestrais foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das Informações Trimestrais foi autorizada pelos Administradores da Companhia em 13 de maio de 2014.

2.2 – Base de mensuração

As Informações Trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, conforme descrito na nota 5, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado

2.3 – Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Informações Trimestrais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo.

2.4 – Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Informações Intermediárias de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas, julgamentos e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 19 – Provisões
- Nota nº 18 – Benefícios a empregados
- Nota nº 14 – Empréstimos e Financiamentos
- Nota nº 12 – Vida Útil do Ativo Fixo

03 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Notas Explicativas

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros

a.1) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

a.2) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

a.3) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes, outros créditos, partes relacionadas, entre outros.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades, para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 os instrumentos financeiros do grupo de “Empréstimos e Recebíveis”, abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas. Já o grupo de “Custo Amortizado”, abrange principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas da Companhia.

a.4) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida, ou de realizar o ativo e quitar o passivo, simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

a.5) Capital Social

Notas Explicativas

a.5.1) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

b) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 os instrumentos financeiros do grupo de “Empréstimos e Recebíveis”, abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas. Já o grupo de “Custo Amortizado”, abrange principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas da Companhia. Para os instrumentos financeiros mensurados pelo “Valor justo através do Resultado” que abrangem Caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras, a divulgação do valor justo está na nota explicativa 27.

c) Gerenciamento de Risco Financeiro

c.1) Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes da Companhia.

c.2) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações, associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

c.3) Risco Operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia, infra-estrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

c.4) Administração de Capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques.

e) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessária.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais, máquinas, equipamentos, mão de obra direta e indireta.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Notas Explicativas

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

- Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na Nota Explicativa nº 12.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f) Ativo intangível

- Ativos intangíveis com direitos de uso

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, representados por: a) Permissão de uso de solo e b) Direito de uso de softwares.

- Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto ao custo, deduzido o valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data que estes estão disponíveis para uso.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na nota explicativa nº 12.

g) Ativos arrendados

Um contrato de arrendamento mercantil transfere substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esse contrato é caracterizado como contrato de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos serão depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a nota explicativa nº 12. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

h) Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus funcionários os seguintes benefícios pós-emprego: a) plano de previdência privada complementar de contribuição definida; b) Indenização por aposentadoria e c) assistência médica aos aposentados, cônjuge e dependentes.

h1) Plano de previdência complementar de contribuição definida

Os custos de patrocínio de plano de pensão são reconhecidos como despesas por se tratar de planos de contribuição definida.

Notas Explicativas

Quando o benefício do plano é ampliado ao serviço passado do empregado, o valor das parcelas é reconhecido no resultado de maneira linear durante o período médio até que os benefícios se tornem adquiridos. Se os critérios para obter estes benefícios são atendidos imediatamente, o gasto é imediatamente reconhecido no resultado.

h2) Indenização por aposentadoria

A Companhia possui um Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI) em vigor, beneficiando um grupo restrito de funcionários que efetuaram a adesão até 30/04/2013, desde que atendam as condições descritas na nota explicativa nº 18, letra b, ou seja, que sejam elegíveis à aposentadoria por tempo de contribuição ou por idade e possuam tempo de serviço na SANASA de no mínimo 5 anos. A indenização do PAI é composta de 8 (oito) salários nominais mais a gratificação de função, além do valor equivalente à multa de 40% sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para fins rescisórios. O Acordo Coletivo de Trabalho também prevê o pagamento da mesma indenização para os empregados que se aposentam por invalidez, desde que tenham completado 5 anos de serviço na empresa.

h3) Assistência médica aos aposentados

A Companhia concede aos funcionários aposentados, cônjuges e dependentes portadores de necessidades especiais, Assistência Médica por um período de 36 (trinta e seis) meses, pós-aposentadoria.

i) Redução ao valor recuperável – *Impairment*

i1) Ativo financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros.

i2) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, exceto os estoques e contribuição social diferida, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes, através da taxa de desconto antes de impostos, que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável, em 31 de março de 2014.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável a exigência de recursos econômicos para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas possíveis quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

k) Receitas

k1) Receita de Serviços Prestados

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A receita dos serviços prestados é composta pelas seguintes atividades fins:

- k1.1) Receita com Sistemas de Água: Captação, tratamento, reserva e distribuição de água;
- k1.2) Receita com Sistema de Esgoto: Afastamento e tratamento de esgoto;
- k1.3) Prestação de serviços: Ampliação dos sistemas de água e esgoto;

k2) Receita de Repasse de Obras dos Sistemas de Água e Esgoto

Notas Explicativas

As receitas de construções são reconhecidas pelo mesmo montante dos custos das construções, relativo a obras de sistemas de água e esgoto, repassados por empreendedores.

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

l) Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 R1 - Subvenção e Assistência Governamentais, aprovado pela Deliberação CVM nº 646/10. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é efetuada em conta específica no passivo.

m) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

n) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e atualizações monetárias sobre parcelamento da receita tarifária, prestações de serviços, aplicações financeiras e outras receitas e são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros líquidas do desconto a valor presente das provisões, e são reconhecidas no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda, até janeiro de 2009, e a contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A Companhia, a partir do dia 11 de fevereiro de 2009, ficou desobrigada de apurar, provisionar e recolher imposto de renda, através do deferimento parcial da medida judicial de Imunidade Tributária, conforme mencionada na nota explicativa nº 19 (f).

A despesa com contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. A contribuição social corrente e diferida é reconhecida no resultado a menos que esteja relacionada a itens diretamente relacionados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Contribuição Social ativa diferida é originada da diferença temporária entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, que considera o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionam a imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de contribuição social diferida são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

p) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média das ações ordinárias no respectivo período. O resultado por ação diluído é

Notas Explicativas

calculado por meio da referida média das ações, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, se aplicável, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

q) Informações por segmento

Dada a peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial, as decisões de investimentos da Companhia estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Desta forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto. O fator principal que faz com que o controle gerencial da Companhia seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsidio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto. A Companhia não administra os resultados operacionais de água e esgoto separadamente, ou tenha informação financeira individualizada disponível.

r) Ajuste a valor presente

As contas a receber de contratos de prestação de serviços e parcelamento de contas de água, esgoto e prestação de serviço registrados no circulante e no não circulante são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda condição de pagamento prefixada, nas datas das respectivas transações.

s) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1.980	1.586
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	<u>1.980</u>	<u>1.586</u>

Os valores equivalentes de caixa referem-se a depósitos bancários.

05 – OUTROS INVESTIMENTOS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Investimentos circulantes		
Aplicações financeiras	9.025	7.928
Total com aplicações financeiras	<u>9.025</u>	<u>7.928</u>
Investimentos não circulantes		
Aplicações financeiras	4.003	7.323
Total com aplicações financeiras	<u>4.003</u>	<u>7.323</u>
Saldo de Aplicações Financeiras	<u>13.028</u>	<u>15.251</u>

Esses ativos financeiros referem-se basicamente a fundos de renda fixa e aplicações em fundos de investimentos.

Essas aplicações financeiras em CDB's são remuneradas por taxas variáveis de 99,5% a 103,57% do CDI, tendo como contraparte bancos de primeira linha. Os fundos CDI's representam aplicações bloqueadas obtidas junto à Agência Nacional de Águas (ANA), cujas liberações estão atreladas à operação das Estações de Tratamento de Esgoto em atender metas de produtividade e de qualidade. Esses investimentos financeiros também têm sua remuneração atrelada ao CDI, com taxa média de 103,57% do CDI.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 27.

Notas Explicativas**06 – CONTAS A RECEBER E FORNECIMENTOS A FATURAR**

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Circulante:		
Água e esgoto – consumidores	88.866	78.736
Água e esgoto – partes relacionadas	4.814	8.312
Fornecimentos a faturar	-	13.110
Contratos de prestação de serviços – consumidores	11.632	11.156
Contratos de prestação de serviços – partes relacionadas	11.092	14.004
Contratos de parcelamento de débitos de consumidores	5.173	4.419
Contratos de parcelamento de débitos – partes Relacionadas	1	21
	<u>121.578</u>	<u>129.758</u>
Menos:		
Provisão para perdas (Lei 9.430/96)	(16.815)	(16.859)
Provisão para devedores duvidosos	(3.462)	(3.820)
Ajustes a valor presente	(1.621)	(1.746)
	<u>(21.898)</u>	<u>(22.425)</u>
Saldo líquido de contas a receber circulante	<u>99.680</u>	<u>107.333</u>
	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Não circulante:		
Contratos de prestação de serviços – consumidores	2.255	2.132
Contratos de prestação de serviços – partes relacionadas	6.561	9.281
Contratos de parcelamento de débitos de consumidores	1.235	952
Contratos de parcelamento de débitos – partes relacionadas	-	-
	<u>10.051</u>	<u>12.365</u>
Menos:		
Ajustes a valor presente	(424)	(586)
Saldo líquido de contas a receber não circulante	<u>9.627</u>	<u>11.779</u>
Total	<u>109.307</u>	<u>119.112</u>

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimentos:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Créditos a vencer	94.757	101.145
Créditos em atraso de 1 mês	13.700	15.911
Créditos em atraso acima de 01 mês até 3 meses	2.810	4.388
Créditos em atraso acima de 03 meses até 6 meses	1.742	2.144
Créditos em atraso acima de 6 meses até 12 meses	3.725	3.720
Créditos em atraso acima de 12 meses	14.895	14.815
Total	<u>131.629</u>	<u>142.123</u>
(-) Provisões	(20.277)	(20.679)
(-) Ajuste a valor presente	(2.045)	(2.332)
Total	<u>109.307</u>	<u>119.112</u>

A provisão para devedores duvidosos que totalizou em 31 de março de 2014, R\$ 3.462 (R\$ 3.820 em 31 de dezembro de 2013), e a provisão para perdas no valor de R\$ 16.815 (R\$ 16.859 em 31 de dezembro de 2013), são registrados com base no histórico de perdas da Companhia.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 27.

Notas Explicativas**07- ESTOQUES**

	31/03/2014	31/12/2013
Materiais de aplicação em redes de água e esgoto	7.014	7.829
Materiais de manutenção de redes de água e esgoto	1.234	1.167
Materiais químicos	1.210	972
Materiais de expediente e consumo	732	801
Outros	738	602
	10.928	11.371

08 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

	31/03/2014	31/12/2013
COFINS a compensar (a)	3.540	3.480
IRPJ e CSLL a recuperar (b)	1.602	960
Créditos COFINS	829	829
PASEP a compensar (a)	819	805
Créditos PASEP	180	180
Impostos e contribuições retidos – órgãos públicos	34	32
	7.004	6.286
Circulante	2.645	2.001
Não Circulante	4.359	4.285

- a. Em razão da imunidade tributária obtida a partir de 11 de fevereiro de 2009, conforme comentado na nota explicativa nº 20(f), a Companhia mudou o critério de cálculo da COFINS e do PASEP de não cumulativo para cumulativo, a partir de maio de 2010, o que gerou valores a recuperar de COFINS, no montante de R\$ 12.610 e de PASEP no montante de R\$ 2.744, relativo aos exercícios de 2009 (período de fevereiro a dezembro) e 2010 (período de janeiro a março), que posteriormente será realizado mediante compensação com outros tributos federais.
- b. Os saldos de IRPJ e CSLL a recuperar são relativos a saldos negativos dos exercícios de 2007 e 2008 referentes às retenções na fonte e pagamentos a maior.

9 – ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS RECONHECIDOS

		31/03/2014	31/12/2013
	Base de Cálculo	Contribuição Social	Total
Provisão para devedores duvidosos	3.463	311	344
Benefícios a empregados	20.087	1.808	2.175
Ajustes (RTT)	(18.278)	(1.645)	(1.508)
Contingências cíveis	1.108	100	100
Contingências fiscais	-	-	-
Contingências trabalhistas	6.278	565	510
Total		1.139	1.621

Notas Explicativas

10 – BANCOS – CONTAS VINCULADAS

		Data	Obra	Previsão de Resgate	31/03/2014	31/12/2013
PRODES-034/2002	1	13/12/2002	ETE Sousas	Março/2014 a Dezembro/2015	3.071	3.000
20/308.067-8	2	12/04/2004	ETE Piçarrão	Março/2014	-	2.150
150.167-62	2	07/01/2003	ETE Anhumas	Janeiro/2016	487	930
157.950-07	2	12/04/2004	Sistema Anhumas	Abril/2022	252	246
20/308.072-8	2	12/04/2004	Sistema Boa Vista	Julho/2014	-	229
20/308.071-0	2	12/04/2004	Sistema Br.Geraldo	Julho/2014	-	341
20/308.070-2	2	12/04/2004	ETE Sousas	Julho/2021	43	42
20/308.074-4	2	12/04/2004	Sistema Sousas	Junho/2014	-	239
20/308.073-6	2	12/04/2004	Sistema Piçarrão	Junho/2022	28	27
20/299.470-5	2	12/04/2004	ETE Barão Geraldo	Julho/2014	122	119
Saldo total					4.003	7.323
Circulante					-	-
Não circulante					4.003	7.323

Os valores classificados no curto prazo são parte integrante da conta "Aplicações Financeiras" (nota explicativa nº 06)

- **Caixa Econômica Federal – FIF Despoluição Bacias Hidrográficas:** Os resgates iniciais estão vinculados às condições estabelecidas nos Contratos de Pagamento do Esgoto Tratado, firmados com a Agência Nacional de Águas (ANA). A Companhia tem uma obra em andamento vinculada a este programa:

Contrato PRODES 034/2002 – ETE Sousas: Em julho de 2009, a ANA vistoriou a situação da ETE Sousas, verificando estarem suas obras civis em andamento, às quais deverão estar concluídas em 2014.

A ETE, atualmente, encontra-se operando parcialmente. Já a previsão de operação contínua e de todas as etapas de tratamento e em período integral (24 horas por dia), foi alterada de março para maio de 2014.

Como o prazo de conclusão da obra foi prorrogado, a SANASA encaminhará ofício à Agência Nacional de Águas (ANA), para reprogramação do início do período de certificação da Estação de Tratamento de Esgoto de 01 de maio de 2014, para 01 de agosto de 2014.

- **Caixa Econômica Federal – FIF Capital RF LP Prossaneamento Reserva:** Conta de titularidade da SANASA, não movimentável por seu titular, a ser mantida por meio de bloqueio, durante todo o período de vigência dos contratos de financiamento, cujos recursos destinam-se à regularização de eventual inadimplemento. Os resgates se darão quando da amortização total da dívida de cada contrato.

11 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/03/2014	31/12/2013
Depósitos judiciais – processos cíveis	1.312	1.319
Depósitos recursais – FGTS	1.205	1.192
Autos de penhoras trabalhistas	1.808	1.808
Outros	343	337
	4.668	4.656

Notas Explicativas

12 – ATIVO IMOBILIZADO

	Terrenos e edifícios	Sistemas de Água e esgoto	Veículos, máquinas e equipamentos	Instalações, móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Benfeitorias em imóveis terceiros	Bens em Construção	TOTAL
Custo								
Saldo em 1º de Janeiro de 2013	133.776	583.393	83.198	231.679	9.440	16.933	115.023	1.173.442
Adições	91	5.002	7.087	2.280	147	-	87.182	101.789
Alienações	-	-	(1.849)	(216)	(107)	-	-	(2.172)
Transferências	775	23.086	352	538	3	148	(24.902)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	134.642	611.481	88.788	234.281	9.483	17.081	177.303	1.273.059
Adições	24	2.499	1.238	140	9	-	29.049	32.959
Alienações	(21)	-	(62)	(35)	(145)	-	-	(263)
Transferências	2.737	2.203	50	49	-	-	(5.039)	-
Saldo em 31 de Março de 2014	137.382	616.183	90.014	234.435	9.347	17.081	201.313	1.305.755
Depreciação e perdas no valor recuperável								
Saldo em 01 de Janeiro de 2013	(31.882)	(223.708)	(47.308)	(158.033)	(6.764)	(3.407)	-	(471.102)
Depreciação no exercício	(3.008)	(17.008)	(7.009)	(12.551)	(893)	(691)	-	(41.160)
Alienação	-	-	1.621	188	105	-	-	1.914
Transferências	-	(1)	1	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	(34.890)	(240.717)	(52.695)	(170.396)	(7.552)	(4.098)	-	(510.348)
Depreciação no exercício	(777)	(4.375)	(1.964)	(3.145)	(218)	(171)	-	(10.650)
Alienação	2	-	35	25	145	-	-	207
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Março de 2014	(35.665)	(245.092)	(54.624)	(173.516)	(7.625)	(4.269)	-	520.791
Valor Contábil								
Em 31 de Dezembro de 2013	99.752	370.764	36.093	63.885	1.931	12.983	177.303	762.711
Em 31 de Março de 2014	101.717	371.091	35.390	60.919	1.722	12.812	201.313	784.964

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	Tempo de vida útil estimada
	A partir de 31 de dezembro de 2013 até 31 de março de 2014
Sistema Operativo de Esgoto	25 anos
Sistema Operativo de Água	50 anos
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros,	25 anos
Edificações – Esgoto	25 anos
Edificações – Demais	50 anos
Instalações, Móveis e Utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e Periféricos	5 anos
Máquinas Operatrizes	4 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

- a)** As vidas úteis dos edifícios e dos sistemas de água foram revisadas conforme o pronunciamento técnico CPC nº 27 – Ativo Imobilizado, passando de 25 anos para 50 anos em média, com exceção das edificações pertencentes aos sistemas de esgoto que permaneceram com tempo de vida útil de 25 anos.
- b)** Bens em Construção: o total investido em projetos, obras e imobilizações técnicas no 1º trimestre de 2014 foi de R\$ 32.959 (R\$ 30.874 no terceiro trimestre de 2013). Desse montante, destacam-se as obras em andamento: **a)** Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Capivari II lote II; **b)** Aquisição de equipamentos do sistema de comunicação da Companhia; **c)** Interceptor de esgotos do Sistema Anhumas, trecho Santa Cândida; **d)** Troca de redes e ramais de água no Jardim Nova Europa, Jardim Chapadão e Vila Joaquim Inácio; **e)** Instalações de equipamentos na ETE Piçarrão e f) Redes coletoras de esgoto e legações domiciliares, no Jardim Satélite Iris IV e

Notas Explicativas

Núcleo Residencial Monte Alto.

Entre as obras que iniciaram suas operações no 1º trimestre de 2014, destacaram-se: **a)** Edifício do almoxarifado central na Cidade Jardim; **b)** Troca de redes de água no Bairro São Bernardo e **c)** Rede coletora de esgoto do Núcleo Residencial Shalon I, Bairro Boa Vista.

- c)** Provisão para redução ao valor recuperável: foi desenvolvido um relatório de teste de recuperabilidade das unidades geradoras de caixa, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) sobre Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 639, de 7 de outubro de 2010.

Considerando a natureza da área de atuação da Companhia ser de serviço público essencial e as decisões de investimentos estarem ligadas a responsabilidades de ordem social e ambiental, foram definidos como unidade geradora de caixa os serviços públicos de água e esgoto, que apresentou margem bruta positiva.

Através das análises efetuadas, concluiu-se não existir, indicação de uma possível desvalorização dos ativos.

- d)** Os juros capitalizados são oriundos de financiamentos obtidos junto ao banco Caixa Econômica Federal com juros de 6,5% e 12% ao ano, para obras dos sistemas de água e esgoto.

Composição da capitalização dos juros por obras:

Banco / Obras	31/03/2014	31/03/2013
Caixa – ETE Sousas	80	313
Itaú BBA – Sistema Boa Vista	-	3
Unibanco – Sistema Joaquim Egídio	7	84
Caixa-Sistema Anhumas Trecho Santa Cândida	31	62
	118	462

13 – ATIVOS INTANGÍVEIS

	Direito de uso de Software	Permissão de uso de Solo	TOTAL
Custo			
Saldo em 1º de Janeiro de 2013	21.873	6.192	28.065
Aquisições	712	707	1.419
Transferências ^(*)	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	22.585	6.899	29.484
 Aquisições	 211	 913	 1.124
Saldo em 31 de Março de 2014	22.796	7.812	30.608
 Amortização e perdas no valor recuperável			
Saldo em 01 de Janeiro de 2013	(4.785)	(478)	(5.263)
Amortização	(683)	(251)	(934)
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	(5.468)	(729)	(6.197)
 Amortização	 (152)	 (59)	 (211)
Saldo em 31 de Março de 2014	(5.620)	(788)	(6.408)
Valor Contábil			
Em 31 de Dezembro de 2013	17.117	6.170	23.287
Em 31 de Março de 2014	17.176	7.024	24.200

Notas Explicativas

14 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/03/2014	31/12/2013
Passivo circulante		
Empréstimos bancários garantidos	45.282	39.922
Passivos de arrendamento financeiro	1.503	1.463
Total no passivo circulante	46.785	41.385
Passivo não circulante		
Empréstimos bancários garantidos	134.310	148.638
Passivos de arrendamento financeiro	54.527	54.918
Total no passivo não circulante	188.837	203.556
Total Empréstimos e financiamentos	235.622	244.941

Termos e Cronogramas de Amortização da Dívida

Financiamentos	Vencimento Final	Moeda	Encargos	31/03/2014 Valor Contábil	31/12/2013 Valor Contábil
Banco do Brasil	2014	R\$	Variação da BTN-TR mais juros de 11,5% a.a.	-	1.554
Unibanco	2014	R\$	Variação da UPR mais juros de 8,00% a. a.	-	2.379
Caixa Econômica Federal	2019	R\$	Variação da UPF e da UPR mais juros de 6,5% a 8,0% a.a.	35.902	37.120
Total Financiamentos				35.902	41.053
Finames	Vencimento Final		Encargos	31/03/2014 Valor Contábil	31/12/2013 Valor Contábil
Banco Fibra	2014	R\$	Variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP mais juros de 7,0% a 8,70% a.a.	783	998
Banco Sofisa	2015	R\$	Variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP mais juros de 5,90% a 10,40 a.a.	133	209
Caixa	2018	R\$	Remuneração básica BNDS-8,0%a.a. mais remuneração Caixa- 1,7%a.a.	7.063	5.545
Total Finames				7.979	6.752
Empréstimos	Vencimento Final		Encargos	31/03/2014 Valor Contábil	31/12/2013 Valor Contábil
Credit Suisse	2018	R\$	Variação de 100% do CDI mais 4% a.a.	95.230	100.633
Caixa Econômica Federal	2018	R\$	Variação de 100% do CDI mais 0,30% a.m.	35.152	35.126
Daycoval	2017	R\$	Variação de 100% do CDI mais 0,55% a.m.	10.279	10.232
Total de Empréstimos				140.661	145.991
Encargos antecipados				(4.950)	(5.236)
Total de Empréstimos				135.711	140.755
Total de empréstimos e financiamentos				179.592	188.560

Notas Explicativas

Arrendamentos Financeiros	Vencimento Final	Encargos	31/03/2014	31/12/2013
			Valor Contábil	Valor Contábil
Foz de Capivari S/A	2029	Atualização monetária pela variação ponderada do IGPM e TR, conforme contrato, mais juros de 0,95% a.m.	55.919	56.245
Banco Safra	2016	Juros de 4,5% a.a.	111	136
Total de arrendamento financeiro			56.030	56.381
			31/03/2014	31/12/2013
			Valor Contábil	Valor Contábil
Saldo com empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros.				
Circulante			46.785	41.385
Não Circulante			188.837	203.556

Descrição	31/03/2014		31/12/2013	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldo no início do exercício	41.385	203.556	22.865	227.433
Desembolsos		2.997	-	17.905
Juros	7.389	-	27.459	-
Atualizações monetárias	691	-	2.588	2
Transferências	18.001	(18.001)	42.925	(42.925)
Encargos Financeiros			-	-
Transferência encargos financeiros	(285)	285	(1.141)	1.141
Realização encargos financeiros antecipados	285	-	1.141	-
Amortizações	(20.681)	-	(54.452)	-
Saldo no final do exercício	46.785	188.837	41.385	203.556

Em 31 de março de 2014, os empréstimos e financiamentos tinham o seguinte cronograma de amortização:

	2014	2015	2016	2017	2018	Acima de 5 anos	TOTAL
Financiamentos	15.335	13.389	7.978	3.064	2.709	3.706	46.181
Empréstimos	18.937	33.410	33.226	33.053	6.806		125.432
Finame	2.123	1.936	1.808	1.766	346		7.979
Total	36.395	48.735	43.012	37.883	9.861	3.706	179.592

Os pagamentos futuros mínimos relativos ao arrendamento da ETE Capivari I estão segregados da seguinte forma:

	31/03/2014			31/03/2013		
	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
Até um ano	1.503	8.533	10.036	1.462	9.102	10.564
De um a cinco anos	9.973	39.681	49.654	9.721	42.609	52.330
Acima de cinco anos	44.554	49.770	94.324	45.198	56.777	101.975
Total	56.030	97.984	154.014	56.381	108.488	164.869

Financiamentos:

Os financiamentos representam as fontes de recursos, obtidos junto às instituições financeiras oficiais, para obras de ampliação e melhoria dos sistemas de água e esgoto, com destaque para as Estações de Tratamento de Esgoto. Os financiamentos captados juntos aos bancos Itaú BBA S.A. e Unibanco foram encerrados em fevereiro de 2014.

Notas Explicativas

Financiamentos FINAME:

As liberações de FINAME são destinadas a aquisições de hidrômetros (garantindo a qualidade da leitura do consumo de água), máquinas, equipamentos, caminhões e máquinas pesadas (retroscavadeiras).

Empréstimos:

No dia 21 de julho de 2010, a Companhia firmou 24 (vinte e quatro) contratos de empréstimos com o Banco Credit Suisse Brasil S.A., através da emissão de Células de Crédito Bancário (CCB's) no montante de R\$ 100.000 e vencimento até 2018, sendo que o desembolso destes empréstimos foram divididos em duas partes: **a)** a primeira no total de R\$ 70.000, foi desembolsada no dia 21 de julho de 2010 e **b)** a segunda parte, na soma de R\$ 30.000 ocorreu no dia 21 de dezembro de 2010. A Companhia aproveitou a liquidez existente no mercado para trocar algumas operações de CCB com a redução de taxas de remuneração dos empréstimos e alongamento do prazo da dívida, mantendo assim a estrutura de capital adequada às necessidades de investimentos.

Com os contratos de empréstimos junto ao Banco Credit Suisse Brasil S.A. a SANASA passou a estar sujeita aos seguintes *covenants*:

- a) A relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses da emitente não poderá ser superior a:
 - Para cada trimestre até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2010 (inclusive), 5,00x (cinco);
 - Para cada trimestre a partir do trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2010 (exclusive) até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2011 (inclusive), 4,50x (quatro vírgula cinco);
 - Para cada trimestre a partir do trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2011 (exclusive) até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012 (inclusive), 4,00x (quatro); e
 - Para cada trimestre a partir do trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012 (exclusive), 3,50x (três vírgula cinco).
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 (doze) meses da emitente não poderá ser inferior a:
 - Para cada trimestre até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012 (inclusive), 1,50x (um vírgula cinco); e
 - Para cada trimestre a partir do trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012 (exclusive), 2,00x (dois).
- c) A relação entre a Dívida Líquida e o Patrimônio Líquido da Emitente não poderá ser superior a 1,30x (um vírgula três); e
- d) A relação entre Ativo Circulante e o Passivo Circulante da Emitente não poderá ser inferior a 0,90x (zero vírgula nove).

Os encargos financeiros correspondem: **a)** Aos serviços de coordenação e estruturação prestados pelo credor da operação ofertada, Banco Crédit Suisse Brasil S.A., no montante de R\$ 9.133; e **b)** Aos encargos financeiros antecipados sobre empréstimos de capital de giro obtidos junto ao Banco Paulista S.A.. Esses valores são transferidos proporcionalmente para o resultado, mensalmente, durante toda a vigência contratual.

Em 19 de novembro de 2012, a Companhia firmou contrato de empréstimo com a Caixa Econômica Federal, no montante de R\$ 35.000 (trinta e cinco milhões), com vencimento até 19 de novembro de 2018. O desembolso aconteceu no dia 21 de novembro de 2012. Com a realização deste contrato a Companhia amortizou outros empréstimos para reduzir as taxas de remuneração.

Com o novo contrato de empréstimos junto à Caixa Econômica Federal, a Companhia passou a estar sujeita aos seguintes *covenants*:

- a) Infringência de qualquer obrigação contratual, desde que não sanada no prazo de 15 (quinze) dias;
- b) Existência, a qualquer tempo, de débitos fiscais, trabalhistas ou previdenciários, vencidos e não pagos, superiores a R\$ 100.000 (cem milhões) em nome da creditada, exceto aqueles que estejam sendo discutidos administrativamente e/ou judicialmente;
- c) O valor total das duplicatas apresentadas à CAIXA for inferior a 130% (cento e trinta por cento) da prestação mensal e
- d) Verificação a qualquer tempo de que as atividades da Creditada geram danos ao meio ambiente, desde que a questão, no âmbito administrativo ou judicial, tenha transitado em julgado para a creditada no sentido de que efetivamente ocorreu o descumprimento da legislação ambiental.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2014, a empresa atendeu todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos de empréstimos e financiamentos, com exceção do item (d) relativo aos contratos firmados junto ao Banco Credit

Notas Explicativas

Suisse Brasil S/A. Todavia, antes da aprovação das demonstrações financeiras do 1º trimestre de 2014, a Companhia obteve Carta de Anuência (*Waiver Letter*) da Instituição Financeira, quanto ao descumprimento da hipótese de vencimento antecipado relacionado a não observância da relação mínima de 0,90x (zero vírgula nove) entre o ativo circulante e o passivo circulante.

Arrendamentos Mercantil Financeiros

No final de 2007 a SANASA firmou contrato de arrendamento mercantil com a Capivari Ambiental S.A. (atual Foz de Capivari S.A.) para arrendamento do ativo ETE Capivari I, que estabelece um prazo de locação de 20 anos. O valor registrado no ativo imobilizado, em 31 de dezembro de 2008, foi de R\$ 71.597 e as contrapartidas foram contabilizadas em passivo circulante (R\$ 8.700) e passivo não circulante (R\$ 62.897). Em 31 de março de 2014, o valor contábil líquido da ETE Capivari I é de R\$ 50.792 (R\$ 51.876 em 31 de dezembro de 2013).

Com o início da operação da ETE Capivari I, a partir de outubro de 2009 a SANASA passou a pagar o valor mensal de R\$ 872 do arrendamento.

15 – TÍTULOS A PAGAR

Em 7 de março de 1991, mediante Instrumento Particular de Promessa de Venda e Compra, a SANASA adquiriu um terreno da Irmandade de Misericórdia de Campinas, doado à Entidade pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo, destinado à construção de sua nova sede social.

Através do item 4 do Instrumento Particular de Promessa de Venda e Compra, foi convencionado o preço certo de Cr\$ 500.000.000,00, sendo: 1) Cr\$ 480.000.000,00, em dinheiro; e 2) fornecimento de água tratada aos próprios da Irmandade/Hospital Irmãos Penteado pelo prazo de 30 anos, a contar da data da escritura.

Até 31 de dezembro de 2001, a Administração da SANASA contabilizava os valores pagos a título de aquisição desse imóvel como adiantamento para futura imobilização, incluindo além dos valores pagos em dinheiro (1991 a 1992), os fornecimentos de água / coleta de esgoto do Hospital Irmãos Penteado, referentes ao período de maio de 1989 a dezembro de 2001.

A partir de 1º de janeiro de 2002, adotou-se a seguinte mudança no tratamento contábil, tendo em vista a decisão transitada em julgado: o saldo atualizado desses valores, no montante de R\$ 5.119, correspondente ao período acima citado, foi transferido para a conta definitiva de Terrenos (Ativo Imobilizado), sendo considerado mais do que suficiente para servir como base de valor para esse imóvel.

Em seguida, foi registrado o passivo de R\$ 12.622, resultado da multiplicação de 230 meses restantes, até fevereiro de 2021, pelo consumo/mês fixado, conforme contrato em 4.000 m³ e pela tarifa média de dezembro de 2001 em R\$ 13,72. Tal contabilização foi fundamentada no reconhecimento de uma dívida assumida já que, até o posicionamento do STJ, não se tinha como certa a legalidade da aquisição do terreno. Esse valor refere-se ao custo financeiro da aquisição do terreno, como uma variação monetária atrelada à tarifa da água, no decorrer do período de 1991 a 2001.

Com a finalidade de abater o IRPJ e a CSLL incidentes sobre o Lucro Real gerado por suas atividades, foi reconhecido nos controles dos prejuízos na Parte B do livro LALUR e nos controles internos de Bases de Cálculo Negativas da CSLL, o valor de R\$ 11.593. Isso, baseado no fato de que seus efeitos não seriam diferentes, caso fossem contabilizados em seus respectivos períodos de competência, de acordo com o artigo 26 da Instrução Normativa SRF 51/95.

Em 7 de março de 2014, foi firmado um novo instrumento particular de promessa condicional de venda e compra entre a SANASA e a Irmandade de Misericórdia de Campinas, em substituição ao Termo nº 1426/91. Com o novo termo, a SANASA passou a fornecer 2.000m³ (dois mil metros cúbicos) de água por mês num período de 12 meses (de 01/03/2014 até 28/02/2015), totalizando 24.000m³ (vinte e quatro mil metros cúbicos). Também reconhece o crédito de 314.000m³ (trezentos e quatorze mil metros cúbicos) restantes que a Irmandade de Misericórdia de Campinas tem direito em relação ao contrato nº 1.426/91, no montante de R\$ 3.202.908,14 (considerando o valor do metro cúbico pela SANASA, em 31 de dezembro de 2013, de 17,04m³), já descontado o valor de R\$ 2.147.651,86, relativo a dívida do Hospital pelo excesso de consumo de 4.000m³ estabelecido no contrato anterior.

No dia 17 de março de 2014, a SANASA pagou R\$ 1.202.908,14, da dívida, após emissão definitiva da escritura de compra e venda do imóvel da Irmandade para com a SANASA. O saldo restante da dívida de R\$ 2.000.000,00, serão pagos em 4 (quatro) parcelas de R\$ 500.000,00 entre os meses de maio a agosto de 2014.

O saldo em 31 de março de 2014 é de R\$ 2.852 (R\$ 6.777 em 31 de dezembro de 2013), cuja abertura entre circulante e não circulante segue abaixo:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo de Títulos a pagar	<u>2.852</u>	<u>6.777</u>
Circulante	2.852	946
Não Circulante	-	5.831

Notas Explicativas

16 – PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos do 1º trimestre de 2014, relativos a partes relacionadas, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações de fornecimento de serviços de água e esgoto da Companhia com a sua principal acionista e controladora, a Prefeitura Municipal de Campinas (PMC), que são realizadas em condições usuais de mercado, bem como pagamento de dividendos.

Os saldos de vendas, serviços contratados e outras movimentações entre a SANASA e a Prefeitura Municipal de Campinas estão detalhados abaixo:

	31/03/2014		31/12/2013	
	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Ativo Circulante	Ativo não circulante
Créditos SANASA (Incluído na nota explicativa nº07)				
- Fornecimento de água e esgoto	4.814	-	8.312	-
- Prestação de serviços	11.092	6.561	14.004	9.281
- Parcelamento de débito	1	-	21	-
	15.907	6.561	22.337	9.281

Fornecimento de água e esgoto: Com prestações de serviços de abastecimento de água e saneamento a SANASA faturou em 31 de março de 2014, junto a PMC e suas Secretarias, o montante de R\$ 5.606 (R\$ 21.278 em 31 de dezembro de 2013). Com outros serviços prestados à PMC, a SANASA obteve um faturamento de R\$ 157 (R\$ 455 em 31 de dezembro de 2013). Já com parcelamento de débito à PMC a SANASA não obteve faturamento (R\$ 19 em 31 de dezembro de 2013).

	31/03/2014		31/12/2013	
	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Passivo Circulante	Passivo não Circulante
Créditos PMC				
- Fundap	514	-	468	-
- ISSQN	215	-	424	-
- Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos a pagar	7.214	-	4.700	-
	7.943	-	5.592	-

O saldo a pagar de R\$ 7.214 é representado por juros remuneratórios do capital próprio, contabilizados nos termos da Lei 9.249/95, para efeito de dedutibilidade, limitados à variação, “pro-rata” dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e demonstrados contabilmente de acordo com a deliberação da CVM 683 de 30 de agosto de 2012.

No primeiro trimestre de 2014, a Companhia pagou remuneração total aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal de R\$ 93 (R\$ 58 no primeiro trimestre de 2013) e à Diretoria o montante de R\$ 663 (R\$ 603 no primeiro trimestre de 2013), que referem-se a benefícios a empregados de curto prazo. Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$ 162 (R\$ 125 no primeiro trimestre de 2013). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios pós-emprego de previdência privada e outros benefícios, tais como: assistência médica e seguro de vida para seus Diretores, no total de R\$ 30 (R\$ 30 no primeiro trimestre de 2013).

17 – SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	31/03/2014	31/12/2013
Obrigações Trabalhistas		
- Salários e ordenados	140	189
- Provisão para férias	20.886	23.768
- Provisão para Décimo Terceiro Salário	4.118	-
	25.144	23.957
Obrigações Sociais		
- INSS	4.969	5.207
- FGTS	1.046	1.576
	6.015	6.783
	31.159	30.740

Notas Explicativas

18 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Participações no resultado	11.166	8.151
Previdência privada	665	661
Provisão de benefícios pós-emprego	<u>20.087</u>	<u>24.169</u>
	<u>31.918</u>	<u>32.981</u>
Circulante	17.849	19.948
Não Circulante	14.069	13.033

a) Entidade de previdência privada – Contribuição definida

Em cumprimento ao acordo coletivo de trabalho do período 2004/2006, foi formalizado com a Fundação Petrobrás de Seguridade Social (PETROS), em 23/12/2004, Convênio de Adesão com a finalidade de instituir o Plano Misto de Benefícios Previdenciários dos Trabalhadores da SANASA, de Contribuição Definida.

Com 1.008 adesões, o Plano prevê o recolhimento por parte da Companhia, a título de Contribuição Ordinária, do importe mensal de 6% dos salários nominais dos participantes. Os participantes, por outro lado, contribuirão com o percentual de 6% a 8% de seus salários nominais, obedecendo a uma tabela de limites pré-estabelecidos, constantes do Termo de Adesão.

De acordo com o regulamento do Plano, a Companhia ofereceu aos funcionários que aderiram até 19/04/2005, na condição de participantes fundadores, o pagamento de 50% do serviço passado, valor equivalente a 45% do salário nominal por fração anual de seu tempo de serviço na Companhia, desde a sua admissão. O montante dessa alocação financeira é de R\$ 17.121, financiado junto à PETROS, pelo prazo de 195 meses, com taxa de 6% a.a. mais a variação do INPC/IBGE, conforme Instrumento Particular de Compromisso e Assunção de Obrigações de Constituição Parcial das Reservas do Serviço Passado do Plano Misto de Benefícios Previdenciários dos Trabalhadores da SANASA e Outras Avenças, assinado em 30 de novembro de 2005.

Em 31 de março de 2014, a situação quanto aos pagamentos realizados das obrigações assumidas ficaram assim:

	Acumulado em:	
	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Custo do Serviço Passado		
O valor do custo do serviço passado (com juros):	(33.048)	(32.796)
O valor do custo do serviço passado ainda não reconhecido no balanço:	13.057	13.507
Passivo reconhecido	<u>(19.992)</u>	<u>(19.289)</u>
Movimentação do custo do serviço passado		
Passivo líquido no início do exercício	(231)	(218)
Variação do passivo no exercício	(703)	(2.715)
Contribuições da patrocinadora pagas no período	698	2.702
Passivo líquido	<u>(236)</u>	<u>(231)</u>
Custos e despesas reconhecidas no resultado		
Serviço corrente (com juros)	1.130	5.331
Serviço passado amortizado	701	2.715
Total da despesa reconhecida no resultado	<u>1.831</u>	<u>8.046</u>
Saldo do Balanço	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Plano de previdência complementar	427	425
Plano de previdência serviço passado	236	231
	<u>663</u>	<u>656</u>

b) Outros benefícios pós-emprego

- Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI)

A Companhia implantou em 2012 um novo Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI) aos funcionários que atendessem às seguintes condições cumulativamente, até 30 de abril de 2014:

Notas Explicativas

- I. Tempo de serviço na SANASA de, no mínimo 05 (cinco) anos;
- II. Elegíveis à aposentadoria por tempo de contribuição (integral ou proporcional) ou por idade;

A indenização do PAI, que beneficia um grupo restrito de funcionários que efetuaram a adesão até 30 de abril de 2013 (a data-limite inicial para a adesão era 30 de novembro de 2012, sendo prorrogada por 5 meses), é composta de:

- I. 8 (oito) salários nominais mais a gratificação de função, por ocasião do desligamento do empregado do quadro funcional da Companhia;
- II. Valor equivalente à multa de 40% (quarenta por cento) sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para fins rescisórios.

Em 31 de março de 2014 a Companhia possuía contabilizado um passivo de Indenização do Plano de Aposentadoria Incentivada, considerando um total de 87 funcionários (153 funcionários em 31 de dezembro de 2013) que efetuaram a adesão ao plano, no montante de R\$ 6.018. Já em dezembro de 2013 o passivo com indenização por aposentadoria era de R\$ 11.136. No primeiro trimestre de 2014, foram registradas 65 (sessenta e cinco) desistências de funcionários do Plano de Aposentadoria Incentivada e computada uma aposentadoria com o pagamento do benefício.

- Assistência médica

A Companhia concede aos funcionários aposentados, cônjuges e dependentes portadores de necessidades especiais Assistência Médica por um período de 36 (trinta e seis) meses.

A Companhia contabiliza um passivo de benefício com assistência médica quando o empregado prestou serviços e terá direito a benefícios a serem pagos no futuro e registra uma despesa na medida em que a Companhia se beneficia dos serviços por eles prestados. Em 31 de março de 2014, a Companhia possuía registrado um passivo de provisão de assistência médica pós-aposentadoria de R\$ 14.069 (R\$ 13.033 em 31 de dezembro de 2013).

A Companhia adota a norma do CPC 33 (R1) - Plano de Benefícios a Empregados, para os benefícios de Indenização por aposentadoria e Assistência médica.

c) Participação no Resultado

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho e com o que determina a Lei 10.101/2000, a SANASA manteve o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados (PLR), baseado em metas operacionais e de redução de custos previamente estabelecidas. O montante dessa participação registrado no passivo, em 31 de março de 2014, foi de R\$ 11.166 (R\$ 8.151 em 31 de dezembro de 2013).

19 – PROVISÕES

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração da SANASA, consubstanciada nas opiniões de seus assessores legais apresentadas em seus relatórios, decidiu constituir provisão para fazer frente a prováveis perdas com esses processos, conforme demonstrado abaixo:

	31/03/2014			31/12/2013		
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Trabalhistas	6.278	(2.715)	3.563	5.662	(2.569)	3.093
Cíveis	1.108	-	1.108	1.108	-	1.108
Total	7.386	(2.715)	4.671	6.770	(2.569)	4.201

Processos Trabalhistas: Referem-se basicamente a reclamações envolvendo adicional de insalubridade e periculosidade, equiparações salariais, horas extras, além de pretensas irregularidades nos contratos de trabalho (terceirizados). O valor provisionado de R\$ 6.278 é composto por: **a)** 72 processos de funcionários de empresas terceirizadas, no montante de R\$ 4.144 e **b)** 65 processos de funcionários próprios na soma de R\$ 2.134. Não foram provisionados, por não representarem chances possíveis de perdas, 280 reclamações de funcionários próprios e terceirizados, no montante de R\$ 12.351;

Processos Cíveis: Os casos mais frequentes são os de restabelecimento de ligações de água, desapropriações e indenizações por danos em imóveis, compostos por 36 processos no total de R\$ 1.108. Não foram contabilizadas provisões de 409 processos no montante de R\$ 37.881 por não representarem chances possíveis de perdas.

A movimentação das provisões para contingências no exercício encerrado em 31 de março de 2014 tem a seguinte composição:

Notas Explicativas

Descrição	31/03/2014			31/12/2013		
	Cível	Trabalhista	Fiscal	Cível	Trabalhista	Fiscal
Saldo Inicial	1.108	5.662	-	806	4.571	971
Adição à provisão	-	732	-	426	3.049	-
Utilização	-	(116)	-	(124)	(1.958)	(971)
Saldo no Final	1.108	6.278	-	1.108	5.662	-

Não foram reconhecidas provisões de processos que, segundo posicionamento das assessorias jurídicas interna e externa, possuem chances de êxito, possíveis ou prováveis. Dentre estes, os principais são:

Processos Tributários e Previdenciários:

- a) **Processos Administrativos Fiscais e previdenciários:** No dia 11 de dezembro de 2007 a SANASA tomou ciência de Notificações Fiscais de Lançamentos de Débitos (NFLD) e Autos de Infrações (AI), nas quais apontaram créditos de encargos sociais de R\$ 4.254 e R\$ 1.349, respectivamente, totalizando R\$ 5.603, entre principal e multa, resultantes da auditoria fiscal da Previdência Social que ocorreu entre os períodos de 06 de março a 03 de dezembro de 2007, relativo aos exercícios de janeiro de 1997 a setembro de 2007.

No período de 24 de novembro de 2008 a 01 de julho de 2009 a auditoria fiscal da Previdência Social em questão gerou 04 (quatro) Autos de Infrações (AI) que registraram créditos de encargos sociais no montante de R\$ 7.647 entre principal, multa e juros.

A SANASA manejou, tempestivamente, recursos administrativos ainda pendentes de julgamento pela Câmara Superior de Recursos Fiscais (antigo Conselho de Contribuintes da Secretaria da Receita Federal do Brasil).

- b) **Processo Administrativo de cobrança de IRPJ e CSLL:** No período de agosto de 2005 a fevereiro de 2006, a Delegacia da Receita Federal em Campinas enviou intimações solicitando esclarecimentos e documentação hábil sobre uma compensação a maior de prejuízo fiscal na DIPJ/2002, ano calendário 2001, devidamente atendidas sobre a contabilização em pauta, todas devidamente respondidas nos prazos fixados pela fiscalização. Isso, decorrente dos efeitos contábeis originados pela aquisição do terreno da Irmandade de Misericórdia de Campinas, onde se localiza a sede social da Companhia, conforme citado na nota explicativa nº 16 – Títulos a Pagar.

Em 17 de março de 2006, foi aberto mandado de procedimento fiscal estendendo a fiscalização para toda a tributação do período de 2001 a 2005, incluindo as contribuições COFINS e PASEP. A partir de março de 2006, mais 4 (quatro) intimações foram expedidas pela Secretaria da Receita Federal (SRF), encerrando-se o processo em julho de 2006.

Finalmente, em 08 de agosto de 2006 a Administração foi cientificada dos Autos de Infração do IRPJ e CSLL, apontando os créditos tributários de R\$ 9.823 e R\$ 2.393, respectivamente, totalizando R\$ 12.216, entre principal, multa e juros. Tais autos de infração foram acompanhados do Relatório de Ação Fiscal, onde expõem as pretensas razões de tratamento contábil/fiscal irregular.

Em 06 de setembro de 2006, a Companhia apresentou à Delegacia de Julgamentos da Receita Federal de Campinas sua impugnação, sendo que em 18 de outubro de 2006, a Delegacia da Receita Federal de Julgamento apresentou acórdão considerando procedentes as exigências fiscais relativas ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Em 22 de novembro de 2006, foi protocolado recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, ainda pendente de julgamento. Não foi efetuada provisão, tendo em vista que a assessoria jurídica responsável pela defesa entende haver possível chance de êxito quanto à reversão da posição. Soma-se a este entendimento o recente posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca da extensão da imunidade tributária às sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos essenciais.

Em setembro de 2010, a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas/SP enviou intimações solicitando esclarecimentos e documentação hábil sobre a compensação a maior do prejuízo fiscal na DIPJ/2007, ano calendário 2006 devidamente atendidas e respondidas nos prazos fixados pela fiscalização. Fiscalização também decorrente dos efeitos contábeis originados pela aquisição do terreno da Irmandade de Misericórdia de Campinas. Em 22 de setembro de 2011 a Sociedade foi cientificada dos Autos de Infração do IRPJ e CSLL, apontando os créditos tributários de R\$ 370 e

Notas Explicativas

R\$ 399, respectivamente, totalizando R\$ 769, entre principal, multa e juros. Em 21 de outubro de 2011 a Companhia apresentou a Delegacia da Receita Federal de Julgamento sua impugnação a qual aguarda ser julgada.

- c) **Processo Administrativo da Imunidade Tributária Federal:** Em virtude do recente posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca da extensão da imunidade tributária, relativa ao Imposto de Renda, Contribuição Social, COFINS e PASEP, às sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos essenciais, a Companhia, em 14 de novembro de 2008, ingressou com medida judicial para se beneficiar da referida imunidade através do Processo 2008.61.05.011866-3. Por se tratar de uma contingência ativa, este processo somente será reconhecido nas demonstrações financeiras quando seu ganho for praticamente certo.

No dia 11 de fevereiro de 2009 foi deferida parcialmente a tutela antecipada nos Autos do Agravo de Instrumento nº 2008.03.00.048892-3, em trâmite perante o egrégio Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª região. Com isto a Companhia ficou desobrigada de apurar e recolher impostos federais a partir de fevereiro de 2009. Em 29 de janeiro de 2010 foi julgado parcialmente procedente o pedido da Companhia, reconhecendo-se a imunidade tributária e condenando a Receita Federal à restituição das quantias pagas indevidamente. Em 19 de abril de 2010 a União Interpôs Recursos de Apelação, ficando a matéria na pendência de decisão por parte do egrégio Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª região, permanecendo válidos os efeitos da Tutela Antecipada anteriormente acolhidos.

Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no sentido de estender às empresas públicas e às sociedades de economia mista os efeitos da imunidade tributária prevista no art. nº 150 da Constituição Federal, é de entendimento da administração da Companhia ser provável a chance de êxito neste processo, bem como não haver obrigação legal alusiva a impostos, pelo benefício constitucional concedido às empresas prestadoras de serviços públicos essenciais.

Em junho de 2012, a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas, lançou de ofício os valores de IRPJ referentes ao ano-calendário 2009 e 2010 através do Auto de Infração nº 10.830.723.881/2012-63, com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151, inciso IV do CTN, com o intuito de prevenir a decadência.

- d) **Processo Judicial da Imunidade Tributária Estadual:** Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no sentido de estender às empresas públicas e às sociedades de economia mista os efeitos da imunidade tributária prevista no art. nº 150 da Constituição Federal, em 26 de janeiro de 2010 a SANASA ingressou com medida judicial requerendo a Imunidade Estadual para desobrigar a Companhia ao recolhimento do IPVA. Em 20 de junho de 2011 a ação foi julgada improcedente. A SANASA interpôs Recurso de Apelação, sendo que em 07 de novembro de 2013 o mesmo foi julgado procedente declarando a Imunidade Estadual do IPVA, bem como a restituição dos últimos 5 anos após o trânsito em julgado..

- e) **Processo Judicial da Imunidade Tributária Municipal:** Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no sentido de estender às empresas públicas e às sociedades de economia mista os efeitos da imunidade tributária prevista no art. nº 150 da Constituição Federal, e considerando ainda que a SANASA teve reconhecido tal direito perante o Tribunal Regional Federal da 3ª. Região, em 06 de abril de 2010, foi requerido perante a Prefeitura Municipal de Campinas (Protocolo nº 10/10/12211), o reconhecimento da referida imunidade, sendo tal pedido acolhido conforme publicação no Diário Oficial do Município em 15 de maio de 2010, ficando a SANASA imune a Impostos Municipais.

- f) **Processo Judicial do Fator Acidentário de Prevenção (FAP):** Considerando as alterações trazidas pelo Decreto nº. 6.957/2009, a SANASA impetrou um Mandado de Segurança para deixar de recolher o FAP (Fator Acidentário de Prevenção), requerendo ainda, a restituição/compensação dos valores pagos nos anos de 2010 e 2011.

O processo está tramitando perante a 8ª Vara Federal em Campinas sob o nº. 4071-58.2011.4.03.6105. Inicialmente foi deferida em parte a medida liminar para que na apuração do FAP sejam excluídas as Comunicações de Acidente de Trabalho (CAT), sendo que, posteriormente foi denegada a segurança em 1ª Instância. A SANASA recorreu da decisão e o processo se encontra no Tribunal Regional Federal (TRF3) para julgamento do recurso de apelação.

- g) **Processo Judicial das Verbas Indenizatórias:** Considerando a jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, a SANASA impetrou um Mandado de Segurança para que seja declarada a inexigibilidade das contribuições previdenciárias incidentes sobre as seguintes verbas indenizatórias: a) 15 (quinze) primeiros dias de afastamento da atividade laboral do funcionário, antes da concessão do auxílio doença e/ou auxílio-acidente; b) aviso prévio indenizado; c) adicional de horas extras; d) Seguro Acidente do Trabalho (SAT); e) terceiros (INCRA, SESI, SENAI, SEBRAE e salário-educação); f) 13º salário e g) 1/3 de férias.

A probabilidade de êxito nessa ação é provável, uma vez que esse tem sido o entendimento majoritário no STJ. O

Notas Explicativas

processo está tramitando perante a 4ª Vara Federal em Campinas sob o nº. 0015922-60.2012.4.03.6105. Em 10 de junho de 2013, houve sentença concedendo a segurança em parte, sendo acolhido o pedido da SANASA para deixar de recolher as verbas previdenciárias sobre: a) Os 15 (quinze) primeiros dias de afastamento do funcionário doente/acidentado; b) Aviso prévio indenizado; c) SAT; d) Terceiros (INCRA, Sesi, SENAI, SEBRAE e Salário Educação) e e) 1/3 de férias, bem como a compensação dos últimos 5 (cinco) anos após o trânsito em julgado. A União Federal recorreu da decisão, assim como a SANASA em relação ao adicional de horas extras. Dessa forma, o processo se encontra no Tribunal Regional Federal (TRF3) para julgamento dos recursos. Todavia, a SANASA está gozando dos benefícios da decisão, deixando de recolher as contribuições das verbas supramencionadas.

- h) Processo Judicial do ICMS sobre Energia Elétrica:** Considerando o entendimento sumulado no STJ (Súmula 391), a SANASA ajuizou uma Ação Declaratória de Cobrança Indevida de ICMS sobre demanda de energia contratada e não consumida, requerendo a exclusão da base de cálculo, bem como a restituição dos últimos 5 anos. A probabilidade de perda é remota em razão de a matéria estar sumulada, ou seja, entendimento pacificado no STJ.

O processo está tramitando perante a 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Campinas sob o nº. 0089120-86.2012.8.26.0114 e em 08 de janeiro de 2013 o Juiz acolheu o pedido de tutela antecipada, determinando que seja oficiada a CPFL acerca da decisão e a citação do Governo do Estado de São Paulo para, querendo, contestar a ação. A Companhia aguarda a citação do Estado e possível contestação.

- i) Processo Judicial dos Juros de Mora:** Em conformidade com jurisprudência sedimentada no STJ, sobre os juros de mora recebidos a título de natureza indenizatória não sofrerem incidência de IRPJ e CSLL, a Companhia em 08 de julho de 2011 ingressou com mandado de Segurança para ter tal benefício através do Processo 0008571-70.2011.403.6105, sendo o valor da causa o montante de R\$ 16.491.

No dia 13 de julho de 2011 foi deferido o pedido de liminar determinando a exclusão da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os valores recebidos a título de juros de mora proveniente dos acréscimos legais das faturas inadimplidas referente aos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto, mediante depósito integral e em dinheiro dos valores cobrados a esse título da impetrante.

Em 13 de setembro de 2011 foi denegada a segurança pleiteada após defesa apresentada pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas. A Companhia em 19 de setembro de 2011 interpôs Embargos de Declaração e posteriormente recurso de apelação o qual aguarda ser julgado no Tribunal Regional da 3ª Região.

Processos Cíveis:

- j) Processo cível sobre monopólio dos serviços de correios:** Em 21 de fevereiro de 2008, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) ingressou com ação contra a SANASA e Lotus Serviços Técnicos Ltda. perante a 8ª Vara Federal de Campinas (processo nº 2008.61.05.001731-7), alegando violação de monopólio postal, em virtude da SANASA ter contratado a Lotus para prestar serviços de entrega de faturas de água/esgoto e avisos. A ECT pleiteia indenização de R\$ 20.989 a título de danos materiais (lucros cessantes). No dia 28 de abril de 2008, a Companhia fez a defesa contra essa pretensão. Como a questão do monopólio encontrava-se ainda pendente no Supremo Tribunal Federal (STF), a Procuradoria Jurídica entendia que a possibilidade de perda do processo era remota. Em 21 de maio de 2009 foi proferida sentença considerando a prescrição para parte dos valores pretendidos e ainda, no período admitido, acolheu somente parcela do faturamento tida como lucro efetivo. No dia 05 de agosto de 2009, o Supremo Tribunal Federal decidiu manter o monopólio postal da ECT (esta decisão acerca do monopólio ainda poderá ser objeto de embargos declaratórios para esclarecimentos de obscuridade quanto à definição do conceito de alguns serviços, objeto da demanda), fato que reforça os fundamentos da sentença proferida nesta ação de indenização. Por esta razão, conforme entendimento da Procuradoria Jurídica, a possibilidade de perda do processo alterou de remota para possível, porém com substancial redução do valor pretendido. Dessa forma, estima-se que o valor possível de perda é de R\$ 562, considerando que a margem líquida da ECT foi de 7,5% em 2012, conforme balanço publicado. Vale destacar ainda que, mantida a sentença, o valor da condenação deverá ser suportado tanto pela SANASA quanto pela Lotus.

- k) Processo cível de ação de cobrança:** Em 13/09/1999 a empresa Jafet Tommasi Sayeg Engenharia e Empreendimentos Imobiliários Ltda. propôs em face da SANASA ação de cobrança (Processo Judicial Cível nº 114.01.1999.028866-7, 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Campinas) pretendendo o seguinte: cobrança do custo de tonelagem de estrutura metálica por alteração de projeto; cobrança do custo de mobilização por prorrogação da obra; cobrança da correção monetária dos atrasos de pagamentos; cobrança do reajuste contratual de valores faturados; deu a causa à época o valor de R\$ 623.679,87 (seiscentos e vinte e três mil seiscentos e setenta e nove reais e oitenta e sete centavos); a SANASA contestou a ação, e por fim a ação foi julgada improcedente em 19 de dezembro de 2001, em seguida a Jafet apelou para o Tribunal de Justiça que invalidou a sentença e determinou prova pericial, isso foi em 05 de maio de 2006; após a pericia houve nova sentença agora em 13 de março de 2012 a ação foi julgada novamente improcedente, sendo

Notas Explicativas

que em 19 de outubro de 2012 foi recebida apelação da Jafet pleiteando a reforma da sentença, com o objetivo de receber a soma de R\$ 7.643.970,36 (sete milhões seiscentos e quarenta e três mil novecentos e setenta reais e trinta e seis centavos – dará base outubro de 2010) a seguir a SANASA foi intimada a apresentar contrarrazões ao recurso, o que já foi feito. Após recebimento das contrarrazões o processo será remetido ao Tribunal de Justiça de São Paulo para apreciação do recurso. O subscritor da presente entende que há 50% de possibilidade de sucesso, diante de duas decisões favoráveis à SANASA. No dia 26 de fevereiro de 2013 o processo foi encaminhado para o Tribunal de Justiça para julgamento do recurso de apelação.

- I) **Ambientais:** Ação de Execução de Obrigação de Fazer, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, através do Senhor Promotor de Justiça do Meio Ambiente de Americana, objetivando compelir a SANASA a realizar obras dos sistemas de tratamento de esgotos em Campinas, representado pela provisão de multa diária de 0,001% ao dia sobre o valor da Ação de Execução, em R\$ 130.

Este processo deixou de ser provisionado em virtude de que a SANASA vem cumprindo o acordo celebrado nos autos da ação de execução de fazer.

20 – RECEITA DIFERIDA

• Subvenções Governamentais

A Companhia obteve da União, no primeiro trimestre de 2014, recursos no montante de R\$ 13.977 (R\$ 9.785 no primeiro trimestre de 2013) oriundos do Orçamento Geral da União, destinados à infraestrutura dos sistemas de abastecimento de água e saneamento. As liberações desses recursos estão atreladas à aprovação das medições das obras pela Caixa Econômica Federal. Já do Governo do Estado (Secretaria do Meio Ambiente), a Companhia obteve recursos provenientes do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) o valor de R\$ 929 (R\$ 585 no primeiro trimestre de 2013). A liberação deste recurso está atrelada à aprovação do Cronograma físico-financeiro, planilha de orçamento e medições da obra pelo Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (COFEHIDRO). Os encerramentos dessas obras e início de suas operações estão previstas no decorrer dos exercícios de 2014 e 2015. Segue, abaixo, a descrição dos principais investimentos e as origens dos recursos.

- a) Recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

São destinados a execução de ações relativas ao Programa de Intervenções em favelas (Saneamento Integrado), no Município de Campinas.

Obra	Recurso	Valor liberado	Data de Término
Sistema de esgoto Viracopos	27.893	19.734	Dezembro de 2014
Subtotal	27.893	19.734	

Com o término das obras do Sistema de esgoto Parque Oziel e início de sua operação, o montante investido de R\$ 9.467 passou a ser apropriado ao resultado a partir de dezembro de 2010 visto que já foi concluída e está em operação.

Obra	31/03/2014	31/12/2013
Sistema de esgoto Viracopos (obra em andamento)	19.734	19.734
Sistema de esgoto Parque Oziel	7.888	8.006
Circulante	470	470
Não Circulante	27.152	27.270

- b) Recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Capivari II.

Destinou-se à execução da obra da Estação de Tratamento do Capivari II, na região do Campo Grande, encerrada e entregue em abril de 2012 e já em operação. O montante dos recursos destinados a esta obra estão sendo reconhecido no resultado na proporção da vida útil estimada dos seus bens imobilizados

Notas Explicativas

Obra	31/03/2014	31/12/2013
ETE Capivari II	53.726	54.664
Circulante	3.753	3.753
Não Circulante	49.973	50.911

- c) Recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Capivari II (2º módulo).

Destina-se à execução da ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário Capivari II – 2º módulo, no Município de Campinas, no âmbito do Programa de Serviços Urbanos de Água e Esgoto, Ação e Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios de Regiões Metropolitanas.

Obra	Recurso	Valor liberado	Data de Término
ETE Capivari II (2º módulo)	93.452	66.296	Junho de 2015
Circulante	-	-	
Não Circulante	-	66.296	

- d) Recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social (FNHIS).

Tem a finalidade de transferir recursos financeiros da União para execução de obras de apoio à melhoria das condições de habitabilidade em assentamentos precários, na região do aeroporto de Viracopos, no município de Campinas. Estes recursos começaram a ser apropriados ao resultado a partir de outubro de 2011, tendo em vista que as obras já foram encerradas e está em operação.

Obra	31/03/2014	31/12/2013
Sistema de água na região de Viracopos	3.840	3.861
Circulante	81	81
Não Circulante	3.759	3.780

- e) Recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e Consórcio Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ).

Destina-se a transferir recursos financeiros do consórcio PCJ para a execução das obras de substituição de redes de água e esgotamento sanitário em bairros de Campinas.

Obra	Recurso	Valor liberado	Data de Término
Estação de Tratamento de Esgoto San Martim	9.518	2.499	Setembro de 2014
Estação de Tratamento de Lodo das ETA's III e IV	4.654	2.755	Maio de 2014
Troca de redes de água Vila Joaquim Inácio	4.329	1.504	Abril de 2014
Troca de redes de água Jardim das Oliveiras	4.218	197	Outubro de 2014
Subtotal	22.719	6.955	

As obras de troca de rede de água das regiões do bairro Castelo Branco Liceu/Chapadão e Jardim Leonor e do sistema de esgoto do Bairro Santa Cândida foram encerradas, e estão operando normalmente. Já os recursos governamentais destinados a estes investimentos estão sendo apropriados ao resultado proporcionalmente ao tempo de vida útil destes imobilizados (sistema de água 50 anos e sistema de esgoto 25 anos).

Notas Explicativas

Obra	31/03/2014	31/12/2013
Estação de Tratamento de Esgoto San Martim (Obra em andamento)	2.499	2.499
Estação de Tratamento de Lodo das ETA's III e IV (Obra em andamento)	2.755	2.755
Substituição de Rede de Água Vila Joaquim Inácio (Obra em andamento)	1.505	1.188
Troca de redes de água Liceu – Chapadão	2.058	2.069
Troca de redes de água Cruzeiro – Jardim Leonor	1.683	1.692
Sistema de esgoto Bairro Santa Cândida	1.449	1.466
Troca de rede de água do Bairro Castelo Branco	1.653	1.662
Troca de rede de água do Jardim das Oliveiras (Obra em andamento)	197	193
Circulante	181	181
Não Circulante	13.618	13.343

- f) Recursos do Orçamento da União (OGU) e Programa de aceleração do Crescimento (PAC) Sistema de Esgotamento Sanitário Taubaté.

Destina-se à execução da ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário Capivari II Taubaté 1ª Etapa, no Município de Campinas, no âmbito do Programa de Serviços Urbanos de Água e Esgoto, Ação e Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios de Regiões Metropolitanas.

Obra	Recurso	Valor liberado	Data de Término
Sistema Esgotamento Sanitário Taubaté	17.642	3.010	Outubro de 2014
Subtotal	17.642	3.010	
Obra	31/03/2014	31/12/2013	
Sistema Esgotamento Sanitário Capivari II – Taubaté – 1ª Etapa	3.010	2.924	
Circulante	-	-	
Não Circulante	3.010	2.924	

- g) Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO).

Destina-se a transferir recursos financeiros oriundos do Tesouro Estadual, disponibilizados pela Lei Orçamentária Estadual à Secretaria de Meio Ambiente (SMA), em obras de preservação do meio-ambiente.

Obra	Recurso	Valor liberado	Data de Término
Sistema de esgotamento sanitário Santa Bárbara	4.230	2.348	Abril de 2014
Substituição de Rede de Água Chapadão	4.606	1.356	Dezembro de 2015
Subtotal	9.726	3.704	

O desenvolvimento de metodologia para análise de disruptores endócrinos e de fármaco em amostras de água bruta está previsto para encerrar em julho de 2014. Entretanto, já estão sendo utilizados, máquinas, equipamentos e computadores adquiridos para este trabalho, desta forma, parte das subvenções governamentais começaram a ser apropriados ao resultado a partir de fevereiro de 2014.

Notas Explicativas

Obra	31/03/2014	31/12/2013
Desenvolvimento de análise de amostra água bruta	259	280
Circulante	13	
Não Circulante	246	280

Com o termo de entrega definitivo aprovado em 02 de março de 2012, as obras de troca de rede de água do Bairro Proença foram encerradas, com isso, o total investido de R\$ 2.344 passou a ser apropriado ao resultado.

Obra	31/03/2014	31/12/2013
Troca de rede de água do Bairro Proença	2.246	2.258
Circulante	47	47
Não Circulante	2.199	2.211

As obras da Estação de Tratamento de Esgoto do Bosque das Palmeiras foram concluídas e definitivamente entregue à Companhia em maio de 2012, desta forma o montante liberado de FEHIDRO, passou a ser reconhecido no resultado mensalmente.

Obra	31/03/2014	31/12/2013
Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Bosque das Palmeiras	1.080	1.092
Circulante	51	51
Não Circulante	1.029	1.041

- h) O recurso do Governo do Estado, através de sua Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, destinado à implantação de ações de uso racional da água no âmbito do Programa Estadual de Apoio à Recuperação de Água – REÁGUA.

h.1.) REÁGUA – Escola:- Destina-se à implantação de ação de “Uso Racional da Água em 100 (cem) unidades educacionais do Município de Campinas”

Obra	31/03/2014	31/12/2013
REÁGUA - Escolas	246	255
Circulante	36	36
Não Circulante	210	219

h.2.) REÁGUA – Troca de redes de água Jardim Nova Europa:- Destina-se à implantação da ação de “Controle e Redução de Perdas no Município de Campinas”

Obra	Recurso	Valor liberado	Data de Término
Troca de redes de água – Jardim Nova Europa	3.281	459	Setembro de 2014
Subtotal	3.281	459	

- i) O recurso do Governo do Estado para a construção da ETE Barão Geraldo, no montante de R\$ 2.416, passou a ser apropriado ao resultado, a partir de setembro de 2009, visto que a obra da ETE foi concluída e já está operando.

Obra	31/03/2014	31/12/2013
ETE Barão Geraldo	1.743	1.779
Circulante	146	146
Não Circulante	1.597	1.633

Os valores já investidos nessas obras foram registrados no ativo imobilizado em conta contábil de obras em andamento. Foi também reconhecido no balanço patrimonial, passivo de igual valor, o qual será apropriado ao resultado quando a obra estiver concluída e entrar em operação, em bases lineares proporcionais ao período de depreciação desses investimentos. Em 31 de março de 2014 foi reconhecido no resultado o montante de R\$ 1.739 (R\$ 1.279, no primeiro trimestre de 2013), contra outras despesas/receitas operacionais.

Notas Explicativas

21 – CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

a) Capital social subscrito e integralizado

O capital social é composto de 397.507.089 ações ordinárias, sem valor nominal, em 31 de março de 2014 (355.982.688 ações em 31 de março de 2013).

Em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 26 de abril de 2013, os Acionistas autorizaram a Companhia a aumentar o seu capital social com a utilização de reservas de capital e lucros. Os recursos para o aumento foram decorrentes da capitalização de R\$ 35.513 da reserva de lucros retidos para investimentos, R\$ 3.041 da reserva de incentivo governamental, R\$ 2.921 da reserva legal de 2012 e de R\$ 49 da reserva de Correção Especial (Lei nº 8.200/91), realizada em 2012, perfazendo o total de R\$ 41.524.

ACIONISTA	Quantidade de Ações	Participação
Prefeitura Municipal de Campinas	397.473.907	99,991651900%
COHAB	6.635	0,001669200%
EMDEC	6.635	0,001669200%
SETEC	6.635	0,001669200%
Lauro Pércles Gonçalves	6.635	0,001669200%
Ozair Rizzo	6.635	0,001669200%
Hamilton Bernardes Junior	1	0,000000300%
Arly de Lara Romêo	1	0,000000300%
Pedro Cláudio da Silva	1	0,000000300%
Silvio Roberto Bernardin	1	0,000000300%
Ivan Ney Passos Lima	1	0,000000300%
Wanderley de Almeida	1	0,000000300%
Fernando Felipe Franco	1	0,000000300%
TOTAL	397.507.089	100,000000000%

b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto da SANASA prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 6% do resultado líquido, ajustado de acordo com a legislação societária.

c) Lucro por ação Básico e Diluído

O resultado por ação básico e diluído foram calculados com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, no primeiro trimestre de 2014 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias, comparativamente com o primeiro trimestre de 2013, conforme quadro abaixo:

	Básico	
	31/03/2014	31/03/2013
Lucro líquido do exercício	18.366	745
Média ponderada de ações	397.507	355.983
	<u>0,0462</u>	<u>0,0021</u>
	Diluído	
	31/03/2014	31/03/2013
Lucro líquido do exercício	18.366	745
Média ponderada de ações	397.507	355.983
	<u>0,0462</u>	<u>0,0021</u>

d) Reservas de lucros

- **Reserva Legal**

É constituída com base em 5% do lucro líquido apurada em cada exercício social, nos termos da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do Capital Social.

Notas Explicativas

22 – RECEITA OPERACIONAL BRUTA

As informações abaixo representam a conciliação entre a receita bruta para fins fiscais e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

Descrição	31/03/2014	31/03/2013
Receita Bruta Fiscal		
Abastecimento de água e saneamento	154.404	135.028
Prestação de serviços	10.605	3.540
Redes de água e esgoto	1.524	1.811
	166.533	140.379
Descontos, Retificações e Devoluções	(14.105)	(12.361)
Contribuições Sobre Vendas e Serviços	(6.347)	(5.351)
Total Receita Líquida de Vendas e Serviços	146.081	122.667

23 – RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	31/03/2014	31/03/2013
Receitas financeiras		
Juros ativos	115	101
Juros de mora sobre arrecadações	3.633	877
Variações monetárias de arrecadações	739	920
Rendimentos de aplicações financeiras	384	252
Descontos obtidos	-	-
Outras	41	35
Ajuste a valor presente	287	628
Totais das receitas financeiras	5.199	2.813
Despesas financeiras		
Juros passivos	(7.094)	(6.129)
Variações monetárias passivas	(420)	(1.275)
Juros – encargos sociais e fiscais	(27)	(360)
Descontos concedidos	(1.505)	(979)
Despesas de financiamento	(571)	(542)
Encargos financeiros sobre fornecedores e outros	(5)	-
Totais das despesas financeiras	(9.622)	(9.285)
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	(4.423)	(6.472)

24 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Descrição	31/03/2014	31/03/2013
Outras receitas		
Reversão Benefícios Pós-emprego	4.939	-
Recuperação de perdas de credores duvidosos	1.441	771
Subvenções Governamentais	1.739	1.279
Sem par conta corrente	529	560
Termos de autorização de uso	252	238
Multas contratuais	322	101
Outros	562	399
Totais outras receitas	9.784	3.348
Outras despesas		
Resultado na baixa de imobilizado	(56)	(45)
Totais das outras despesas	(56)	(45)
TOTAL OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	9.728	3.303

Notas Explicativas**25 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER****Demonstração dos impostos e contribuições a recolher.**

	Tributos	
	31/03/2014	31/12/2013
Obrigações Fiscais Federais		
Imposto de renda	4.620	4.620
Contribuição social	1.441	135
Cofins	4.320	4.784
Pasep	937	1.038
Imposto de renda retido na fonte	2.344	3.865
Cofins parcelado	597	1.026
Pasep parcelado	130	223
Contribuição social parcelado	220	334
Outros	269	186
Total	14.878	16.211
Obrigações Fiscais Municipais		
ISS sobre serviços de terceiros	215	424
FUNDAP	514	468
Total	729	892
Total Obrigações Fiscais	15.607	17.103
Circulante	15.607	17.103
Não circulante	-	-

A Administração da SANASA provisiona as parcelas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, efetuando recolhimento dos tributos com base na estimativa mensal. A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e seus valores registrados nos períodos do primeiro trimestre de 2014 e primeiro trimestre de 2013 estão apresentados a seguir:

Demonstração da conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado:

	31/03/2014	31/03/2013
Lucro do exercício antes dos tributos sobre o lucro	20.289	879
Alíquota nominal	9,00%	9,00%
Contribuição social - despesa nominal (*)	(1.826)	(79)
- Parcela do lucro realizado com órgãos públicos	(383)	(82)
- Doações e despesas dedutíveis	(85)	(82)
- Reserva especial realizada	(1)	(1)
- Subvenções governamentais	156	115
- Juros de capital próprio	216	
- Provisão de CSLL apurado a maior	-	(5)
Contribuição social - Receita (Despesa) Efetiva	(1.923)	(134)
Alíquota Efetiva	-9,48%	-15,24%
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente (*)	(1.441)	(55)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido (*)	(482)	(79)

Obs:

(*) O imposto de renda foi calculado apenas sobre o lucro apurado até fevereiro de 2009 em virtude do processo da imunidade tributária obtida através do Agravo de Instrumento emitido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Notas Explicativas

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 ("MP 627") e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 ("IN 1397"). Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, a Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada para 2014, ou não, resultaria em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida Medida Provisória para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

26 – COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia não tem política para contratação de seguros em função das características de suas operações serem multilocalizadas. Alguns ativos da Companhia, como veículos da frota, máquinas operatrizes e alguns equipamentos mantidos em certos canteiros de obra, contam com seguros contra eventuais sinistros.

27 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Classificação dos Instrumentos Financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

31 de Março de 2014				
	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes	1.980	-	-	1.980
Aplicações financeiras	13.028	-	-	13.028
Contas a receber de clientes	-	109.307	-	109.307
Passivo				
Financiamentos	-	-	179.592	179.592
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	56.030	56.030
Fornecedores	-	-	25.330	25.330
Total	15.008	109.307	260.952	385.267

31 de Dezembro de 2013				
	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes	1.586	-	-	1.586
Aplicações financeiras	15.251	-	-	15.251
Contas a receber de clientes	-	119.112	-	119.112
Passivo				
Financiamentos	-	-	188.560	188.560
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	56.381	56.381
Fornecedores	-	-	31.727	31.727
Total	16.837	119.112	276.668	412.617

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 para os instrumentos financeiros do grupo de "Empréstimos e Recebíveis", que abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas, bem como para o grupo de Custo Amortizado que abrange principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas da Companhia, valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do CPC 40 (R1) para estes casos as divulgações de valor justo não são exigidas.

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme

Notas Explicativas

CPC 40 (R1)– Instrumentos Financeiros – Evidenciação, nº 27A.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

31 de Março de 2014				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes	-	1.980	-	1.980
Aplicações financeiras	-	13.028	-	13.028
Total	-	15.008	-	15.008

31 de Dezembro de 2013				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes	-	1.586	-	1.586
Aplicações financeiras	-	15.251	-	15.251
Total	-	16.837	-	16.837

As operações da SANASA estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a SANASA adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. O total da exposição da Companhia sobre o risco de crédito, no valor de R\$ 109.307 em 31 de março de 2014 e R\$ 119.112 em 31 de dezembro de 2013 e a idade dos vencimentos estão apresentados na nota explicativa nº 6. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de março de 2014, era de R\$ 20.277 (com as maiores incidências nas categorias: a) residencial das ligações coletivas de núcleos residenciais e favelas em 34,9% e b) na categoria comercial com os hospitais em 30,1%) representando 15,6% do saldo de contas a receber em aberto. Já em 31 de dezembro de 2013, esta provisão era de R\$ 20.679, equivalentes a 14,8%. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras sólidas.

Risco de liquidez

Decorre da administração do capital próprio e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a SANASA monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, e financiamentos.

O quadro abaixo representa o cronograma de amortização dos passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimentos, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, a valor nominal.

	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Entre 4 e 5 anos	Acima de 5 anos
Financiamentos	15.335	13.389	7.978	3.064	2.709	3.706
Empréstimos	18.937	33.410	33.226	33.053	6.806	-
Finame	2.123	1.936	1.808	1.766	346	-
Total	36.395	48.735	43.012	37.883	9.861	3.706

Notas Explicativas

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A SANASA está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e financiamentos. Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Nos quadros abaixo são considerados três cenários de taxas de juros com os respectivos impactos nos resultados. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das taxas de juros dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

Além desse cenário a CVM, através da Instrução nº 475/08, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/03/2014	Cenários					
				Provável		Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
Instrumentos financeiros ativos	17.213	variação CDB/CDI	6,33	7,01	1.206	8,76	1.508	10,52	1.810
Instrumentos financeiros passivos	(35.301)	variação da TR	-	-	(23)	-	(23)	-	(23)
Instrumentos financeiros passivos	-	variação do INPC	7,22	5,82	-	7,28	-	8,73	-
Instrumentos financeiros passivos	(316)	variação da TJLP	5,00	5,00	(44)	6,25	(57)	7,50	(63)
Instrumentos financeiros passivos	(140.662)	variação do CDI	6,33	7,01	(3.317)	8,76	(12.375)	10,52	(14.857)
Instrumentos financeiros passivos	(7.063)	sem risco (BNDES)	-	-	(1)	-	(1)	-	(1)
Total	(167.329)	***	***	***	(8.785)	***	(10.354)	***	(13.146)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/03/2014	Cenários					
				Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
Instrumentos financeiros ativos	17.213	variação CDB/CDI	6,33	7,01	1.206	5,26	306	3,51	604
Instrumentos financeiros passivos	(35.301)	variação da TR	-	-	(23)	-	(23)	-	(23)
Instrumentos financeiros passivos	-	variação do INPC	7,22	5,82	-	4,37	-	2,31	-
Instrumentos financeiros passivos	(316)	variação da TJLP	5,00	5,00	(44)	3,75	(35)	2,50	(25)
Instrumentos financeiros passivos	(140.662)	variação do CDI	6,33	7,01	(3.317)	5,26	(7.444)	3,51	(4.330)
Instrumentos financeiros passivos	(7.063)	sem risco (BNDES)	-	-	(1)	-	(1)	-	(1)
Total	(167.329)	***	***	***	(8.785)	***	(6.603)	***	(4.441)

Fonte:

CDI / INPC – Banco Central do Brasil

TR / TJLP – Fontes internas da Companhia e externas de mercado

Notas Explicativas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Hamilton Bernardes Junior

Presidente do Conselho

Arly de Lara Romêo

Conselheiro

Pedro Cláudio da Silva

Conselheiro

Silvio Roberto Bernardin

Conselheiro

Ivan Ney Passos Lima

Conselheiro

Wanderley de Almeida

Conselheiro

Fernando Felipe Franco

Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Arly de Lara Romêo

Diretor Presidente

Pedro Cláudio da Silva

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antônio dos Santos

Diretor Técnico

Luis Carlos de Souza

Diretor Comercial

Lúcio Esteves Júnior

Diretor Administrativo

CONTROLADORIA

Antonio Moreira Franco Junior

Gerente de Controladoria

Jean Carlos Pereira

Coordenador do Setor de Contabilidade
Societária
Contador – 1SP180441/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.

São Paulo, 13 de maio de 2014.

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S.A.
Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre e período de três meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre e período de três meses findos em 31 de março de 2014, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações intermediárias tomadas em conjunto.

AUDILINK & CIA. AUDITORES
CRC 2RS003688/O-2 'T' SP
ROGÉRIO WECH ADRIANO
CONTADOR CRC/RS 045525/O-3 'T' SP

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA-Campinas), em cumprimento às atribuições legais e estatutárias, examinou as Informações Trimestrais que lhe foram apresentadas, elaboradas de acordo com a legislação vigente, referentes ao período encerrado em 31 de março de 2014 e seu comparativo com o período de 31 de março de 2013, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e das Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, devidamente auditadas pela Audilink & Cia Auditores. Com base nos exames efetuados e considerando o relatório, sem ressalvas, dos auditores independentes, datado de 13 de maio de 2014, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do trimestre, o Conselho Fiscal entende que tais documentos estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação do Diretor Presidente e os Diretores da Sociedade.

Campinas, 13 de maio de 2014.

LUIS AUGUSTO MICHELIM DA SILVA

WILLIAM RONDINI

CELSO LAPA VETTORI

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento ao disposto no inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 e consolidada com a Instrução CVM nº 520, de 16 de abril de 2012, o Diretor Presidente e os Diretores da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA-Campinas), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida da Saudade, nº 500, Bairro Ponte Preta, Campinas – SP, inscrita no CNPJ sob o nº 46.19.855/0001-37, declaram que:

i. Reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da SANASA do período findo em 31 de março de 2014, e seu comparativo com o período de 31 de março de 2013, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e das Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas.

Campinas, 13 de maio de 2014.

Arly de Lara Romêo
Diretor Presidente

Marco Antônio dos Santos
Diretor Técnico

Luiz Carlos de Souza
Diretor Comercial

Lúcio Esteves Júnior
Diretor Administrativo

Pedro Cláudio da Silva
Diretor Financeiro e de Relações Com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto no inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, consolidada com a Instrução CVM nº 509, de 16 de novembro de 2011, o Diretor Presidente e os Diretores da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA-Campinas), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida da Saudade, nº 500, Bairro Ponte Preta, Campinas – SP, inscrita no CNPJ sob o nº 46.119.855/0001-37, declaram que:

i. Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Audilink & Cia Auditores, relativamente às Informações Trimestrais da SANASA do período findo em 31 de março de 2014.

Campinas, 13 de maio de 2014.

Arly de Lara Romêo
Diretor Presidente

Marco Antônio dos Santos
Diretor Técnico

Luiz Carlos de Souza
Diretor Comercial

Lúcio Esteves Júnior
Diretor Administrativo

Pedro Cláudio da Silva
Diretor Financeiro e de Relações Com Investidores